

FABIANA CÂMARA FURTADO

Perfis da *Belle Époque* brasileira. Uma análise das
figuras femininas de Lima Barreto

Recife

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA
MESTRADO EM TEORIA DA LITERATURA

Perfis da *Belle Époque* brasileira. Uma análise das
figuras femininas em Lima Barreto

Fabiana Câmara Furtado

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADORA: Professora-Doutora: Yaracylda

Oliveira Farias Coimet

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção
do Grau de Mestre em Teoria da Literatura.

Recife

2003

FABIANA CÂMARA FURTADO

Perfis da *Belle Époque* brasileira. Uma análise das figuras
femininas em Lima Barreto

Prof^a. Dr^a Yaracylda Oliveira Farias Coimet

Prof^a. Dr^a Luzilá Gonçalves Ferreira

Prof^a Dr^a Sílvia Cortez

Recife, 16 de junho de 2003.

A minha mãe, pelo amor,
carinho, dedicação, coragem e luta.

AGRADECIMENTOS

- A Diva Maria e Eraldo José, verdadeiros anjos, sempre dispostos a ajudar.
- À Prof^a Yaracylda Coimet, pela orientação objetiva e esclarecedora.
- Ao Prof. Sèbastien Joachim, por ter acreditado no meu projeto e pela generosidade das indicações bibliográficas.
- Às Professoras Clélia Reis, Rachel de Holanda e Regina, pelo incentivo e confiança depositados em mim desde a graduação.
- Ao Prof^o Janilto Andrade que, nas suas aulas, me fez ver a importância da obra de Lima Barreto.
- À Prof^a Maria de Fátima Guimarães, pela generosidade das indicações bibliográficas.
- A Andréa Bandeira, pela valiosa ajuda oferecida em todas as horas (literalmente) e pelas inúmeras indicações bibliográficas.
- A Kátia Rose, pela generosidade de sempre.
- Ao amigo Pedro Manoel, pelo apoio, por acreditar em mim e pela inesgotável bibliografia oferecida.
- As minhas três amigas, Simone Francisca, Simone Santana e Simone Costa, pela cumplicidade que nos une e acompanha há tantos anos.
- A minha amiga Eva Carla que me acompanha desde a graduação.
- Ao meu amigo Pe. Antônio Mota S.J., pela paciência e generosidade de ouvir-me nos momentos difíceis.

- Ao amigo Luiz Carlos, pelo incentivo e amizade.

- A Josenaldo Furtado – meu pai – e a Alice Furtado – minha avó – por terem despertado em mim o hábito da leitura.

- A Maria José – minha tia – pelas orações que tanto me deram forças para ultrapassar os obstáculos.

- A minha querida irmã Veridiana, pelas orações e apoio em todos os momentos.

- Ao meu irmão Josenaldo.

- A Graciete Furtado – minha amada mãe – pelo seu amor e dedicação, pois sem ela, nada disso seria possível.

- A Deus que sempre esteve ao meu lado, dando-me forças e coragem para seguir em frente.

- A todos que direta e indiretamente contribuíram com a realização deste trabalho, o meu sincero agradecimento.

Não posso compreender que a literatura consista no culto ao dicionário; [...] não posso compreender que ela não seja uma literatura sobre as idéias e os costumes...
Lima Barreto, *Impressões de leitura*

*Deixem as mulheres amar à vontade.
Não as matem pelo amor de Deus!*
Lima Barreto, *Vida urbana*

RESUMO

Por apontar na sua obra, os mecanismos utilizados pela ideologia de sua época para limitar a participação feminina na sociedade, Lima Barreto oferece um *corpus* bastante fértil para a análise da mulher na *Belle Époque* brasileira. Através das suas personagens femininas é possível verificar os papéis destinados às mulheres que, nesse contexto histórico-social, assumiam uma posição subalterna em quase todos os setores da sociedade. Como material para essa análise foram usados dois romances do autor: Numa e a Ninfa e Clara dos Anjos. No primeiro, foi analisada a mulher burguesa e no segundo, a mulher negra e a suburbana. No estudo das figuras femininas dos romances citados e de outras obras utilizadas, é possível constatar que o autor denuncia as opressões sofridas pelas mulheres da sua contemporaneidade. Para a abordagem teórica do *corpus* recorreremos ao conceito de gênero formulado por Joan Scott que se encontra no ensaio: Gênero: uma categoria útil para a análise histórica; além da contribuição de outras estudiosas sobre o assunto, como Kate Millet que analisa a estrutura do Patriarcado no texto Uma Política Sexual e de Gayle Rubin com o seu artigo Tráfico de mulheres: notas sobre a "economia" política do sexo, assim como, aos (às) historiadores (as) que se debruçaram sobre a época em questão.

ABSTRACT

For to indicate in your fiction and literary criticism, the mechanisms utilize by the ideology of your age for to limit the feminine participation in the society, Lima Barreto offers a *corpus* very rich for the analysis of woman in the Brazilian *Belle Époque*. Through of the yours feminine characters is possible to verify the attributions destined for the women that, in this historical context, had an subordinate status in nearly all the societies' sectors. The material for that analysis are two romances Lima Barreto's: Numa e a Ninfa and Clara dos Anjos. In the first, was analyse the middle-class woman and in the second, the black woman and suburban. In the study of feminine characters of romances, is possible to verify that the author denounces the oppressions suffered for the women of your age. The theory usage was the concept of gender Joan Scott's: Gender: a useful category of historical analysis; beyond the contribution of others studiosness about theme, as Kate Millett that analyse the structure of Patriarchate in the text Sexual Politics and Gayle Rubin in The traffic in women: notes on the "political economy of sex, as well as, historians that studied about age.

LISTA DAS ABREVIATURAS

BAG	Bagatelas
BRUZ	Os bruzundangas
CA	Clara dos Anjos
CM	Cinco mulheres
HS	Histórias e sonhos
IL	Impressões de leitura
LSF	Um longo sonho do futuro
MARG	Marginalia
NN	Numa e a Ninfa
REIC	Recordações do escrivão I saías Caminha
TFPQ	Triste fim de Policarpo Quaresma
VMGS	Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá
VU	Vida urbana

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
INTRODUÇÃO	11
1. LIMA BARRETO E O COMPROMISSO SOCIAL DA NARRAÇÃO	15
2. A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER NO PERÍODO DA <i>BELLE ÉPOQUE</i> BRASILEIRA E A CRÍTICA BARRETIANA	24
2.1. PANORAMA GERAL	24
2.2. A REPRESENTAÇÃO FEMININA PELA IMPRENSA	27
2.3. OS HIGIENISTAS E A REURBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	33
2.4. MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO	38
2.5. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	44
2.6. A IDENTIDADE FEMININA	53
3. OS PERFIS DE MULHERES DE LIMA BARRETO	57
3.1. A NINFA EGÉRIA E A MULHER BURGUESA	57
3.2. CLARA DOS ANJOS E OUTRAS MENINAS	81
CONCLUSÕES	99
ANEXO 1- TÍTULOS II - DOS EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO (EXTRAÍDOS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 1916)	10 1
ANEXO 2 - TÍTULO VIII - DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA HONRA E HONESTIDADE DAS FAMÍLIAS E DO ULTRAGE PÚBLICO AO PUDOR (EXTRAÍDO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1890)	10 7
ANEXO 3 - TÍTULO X - DO ABORTO (EXTRÍDO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1890)	114
BIBLIOGRAFIA	11 6

INTRODUÇÃO

A produção literária de Lima Barreto possui uma grande variedade de temas. Ele lançou seu arguto olhar sobre várias camadas sociais que não escaparam das suas observações, na maioria das vezes, sarcásticas, irônicas, cruas, e, por isso mesmo, duras e cortantes. Dentro do manancial de temas presentes na obra barretiana, este trabalho analisará a mulher, focalizando nos romances e contos escolhidos a questão do feminismo, a denúncia de situações de exploração contra a mulher, tentando também, desmistificar a existência de um suposto comportamento misógino do autor.

A escolha do *corpus* teve como objetivo selecionar figuras femininas que representam mulheres dos diversos segmentos da sociedade, por isso, além dos romances Clara dos Anjos e Numa e a Ninfa, recorreremos a outros textos ficcionais ou não-ficcionais do autor. Acreditamos que esse *corpus* oferece um conjunto do universo social da mulher, sobretudo no que se refere às grandes preocupações de época: o casamento e o adultério (principalmente porque serão abordadas tanto as figuras femininas principais como as secundárias), além de permitir uma visão geral de um imaginário popular na constituição do panorama cultural e social do Rio de Janeiro na *Belle Époque* brasileira. Acreditamos que um escritor não é imune às influências da sua época, e que sua obra, portanto, também não está desligada do contexto social na qual foi produzida. Levando em conta a importância desse fato, nosso trabalho será dividido em três capítulos: o engajamento social de Lima Barreto na sua obra; a posição social da mulher no Rio de Janeiro do início do século -

mais precisamente as duas primeiras décadas - e o estudo das figuras femininas no referido autor.

Partindo do pressuposto que Lima Barreto retrata a mulher da *Belle Époque* carioca através de personagens ficcionais, buscamos traçar o "perfil" dessas mulheres, salientando suas semelhanças e diferenças com as personagens barretianas. Nos textos selecionados, será feita uma abordagem de figuras femininas pertencentes a classes sociais e raças diferentes, procurando mostrar que certos preconceitos contra as mulheres são inerentes à sua condição social, embora se tornem mais acentuados quando além de serem do sexo feminino são negras e pobres.

Também compreendemos que entender a história das mulheres significa desvendar o silêncio imposto pela história oficial. Por isso, adotamos como ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho o conceito de gênero formulado pela historiadora americana Joan Scott. Esse conceito de gênero, como categoria de análise histórica, tornar-se bastante útil por descentralizar os estudos femininos - que anteriormente estudavam somente as mulheres - para destacar a importância de uma perspectiva relacional mostrando a impossibilidade de estudá-las sem levar em consideração o contexto no qual estão inseridas. Dessa forma, a construção social e cultural da imagem feminina e masculina é um elemento fundamental e abre espaço para observar os fatores de opressão, subordinação e também solidariedade entre homens e mulheres.

Contribuições de outras autoras também serão usadas. Uma delas será Kate Millet que, no seu ensaio Uma Política Sexual, define o patriarcado como uma política sexual exercida por um grupo de homens sobre um grupo de

mulheres. O termo política não é usado para expressar o sentido comum: as atividades de um político, e sim, num sentido mais amplo no qual o patriarcado será concebido como uma política de dominação presente nas ações aparentemente mais privadas e pessoais. A autora mostra que associar a mulher ao espaço privado e o homem ao espaço público são ações de uma política sexual para a exploração das mulheres. O outro subsídio teórico será fornecido pela antropóloga Gayle Rubin que no seu artigo *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*, analisa os elementos que "fornecem instrumentos conceituais com os quais é possível construir descrições da parte da vida social que é o *locus* da opressão das mulheres, das minorias sexuais e de determinados aspectos da personalidade humana dos indivíduos". (1993: 03)

Os pontos que compõem as análises de gênero formuladas por Scott encontraram no *corpus* do trabalho um fecundo espaço para serem desenvolvidos. Lima Barreto, devido ao seu olhar profundamente crítico e sagaz, não deixou nenhum segmento da sociedade e seus componentes imunes às suas críticas contundentes e tornou sua obra um lugar repleto de uma grande variedade de temas (mulher, política, literatura, racismo, sistema educacional, etc.) fazendo uma análise minuciosa de cada um deles. O estudo da condição feminina nos romances barretianos permitirá, através da análise das condições econômicas e sociais vivenciadas pelas personagens dos romances examinados, abordar a representação da mulher na nossa literatura elegendo um período da nossa história bastante fecundo para esse propósito.

O título Perfis femininos pode, à primeira vista, indicar apenas um simples contorno das mulheres. Todavia, a meta principal foi fazer exatamente

o inverso, pois um simples “perfil” não daria conta da complexidade da produção literária de um autor como Lima Barreto, falsamente acusado de misógino, e que, no entanto, se interessou pela problemática feminina, criticando inclusive a situação de opressão sofrida pelas mulheres.

Essas considerações apenas confirmam por que Lima Barreto escolheu uma literatura militante na qual denuncia todas as mazelas sociais e focaliza os segmentos da sociedade que mais sofriam com a degradação e com a marginalização. O autor afirmou a importância da dimensão humanista do ofício literário, procurando encontrar uma resposta democrática e popular, capaz de abrir novos horizontes – ideológicos e estéticos – para a cultura e para a arte do nosso país. Diferentemente de outros escritores contemporâneos, ele demonstra consciência da necessidade de encontrar uma adequada representação dos novos tempos, usando para isso uma amarga sátira contra os poderosos que, com as suas políticas de exclusão, oprimiam de forma cruel, a classe brasileira menos favorecida. Por isso, no momento em que se fala da função crítico-social da literatura, a produção de Lima Barreto destaca-se por atuar contra a corrente num engajamento singular. Sua atitude pioneira chama a atenção pelo fato de ter pertencido a um momento histórico regido por valores patriarcais cujas medidas tinham somente a intenção de coibir as ações femininas. Nossa intenção nesse trabalho foi acrescentar uma nova possibilidade de leitura da fortuna crítica do autor, pretendendo contribuir para futuras pesquisas sobre o tema.

1. LIMA BARRETO E O COMPROMISSO SOCIAL DA NARRAÇÃO

Precursor do modernismo e do romance social surgido no Brasil com a Revolução de 30, Lima Barreto encerrou a fase da literatura concebida como um passatempo mundano, um "sorriso da sociedade" - como acreditava Afrânio Peixoto e outros escritores - através de uma literatura militante denunciadora das mazelas da sociedade de seu tempo, assumindo a postura de um intelectual engajado que não fecha os olhos aos acontecimentos, indo de encontro ao convencionalismo e a todas as formas de hipocrisia. Acreditava ser esse o papel do escritor: fazer da sua expressão artística um veículo de denúncia, com a obrigação de participar ativamente da vida política e social do seu país.

Em Lima Barreto percebemos uma marginalidade literária que ocorre devido a dois fatores: em primeiro lugar, o próprio movimento pré-modernista distancia-se da produção artística considerada oficial pela *Belle Époque* brasileira; em segundo, a sua obra carregada de singularidade o colocava à margem da produção do grupo do qual fazia parte, sendo encontrados diversos pontos dissonantes entre a sua obra e as outras vozes pré-modernistas (c.f.: SILVA, 1994: 114).

Lima Barreto dentro da história literária brasileira está inserido no Pré-Modernismo. Esse termo foi criado por Tristão de Ataíde na obra Contribuição à história do modernismo. O pré-modernismo, publicada em 1939, para designar o período cultural brasileiro das duas primeiras décadas do século XX, mais precisamente entre o início do século citado à Semana de Arte

Moderna. Alfredo Bosi (s.d.: 11) delimita e precisa o termo, ao apontar dois sentidos possíveis para a criação literária do momento: "1º) dando ao prefixo "pré" uma conotação meramente temporal de anterioridade; 2º) dando ao mesmo elemento um sentido forte de precedência temática e formal em relação à literatura modernista". A primeira característica permite abarcar como pré-modernistas os poetas neoparnasianos como Amadeu Amaral e Martins Fontes, ou prosadores tradicionalistas como Rui Barbosa e Coelho Neto. Todavia, pelo segundo critério estabelecido por Bosi, esses nomes seriam autênticos antimodernistas. Enquanto o elemento conservador enquadra-se no primeiro critério; no segundo, encontra-se a renovação exemplificada nas figuras de Graça Aranha, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e Lima Barreto. Eles introduziram algo de novo na literatura da época, mostrando situações históricas inéditas ou só então assim consideradas: a imigração alemã no Espírito Santo, as alterações na paisagem e na vida social do Rio de Janeiro, a vida miserável do caboclo no interior paulista e a análise do sertanejo nordestino. Porém, a literatura pré-moderna não deve assumir uma importância apenas como precursora da literatura modernista, pois assim, essa denominação torna-se insatisfatória porque compreende o novo apenas como fruto de uma lenta preparação para o que vai surgir posteriormente.

É comum a crítica enfatizar dois aspectos ao analisar a obra do autor: a sua condição de vida marginal, detendo-se ao seu extremo esgotamento físico e a sua decadência mental provocados pelo álcool e a opção de seguir uma ideologia anarquista na qual se intercalam o Maximalismo e o Bolchevismo. Esses fatores corroboram com os preconceitos sociais que discriminam o autor, como esclarece Maurício Silva (1994: 116) "a construção

de sua personalidade e de sua condição existencial obedecem a princípios mais evidentes da marginalidade: afastamento social, discriminação racial e combate ideológico." O choque das suas idéias era ainda maior quando levamos em consideração a predominância, na época, de uma ideologia liberal que no fim do século XIX manifestava-se como um abolicionismo e republicanismo frágeis e iniciantes. A insubordinação aos padrões afasta o autor dos artistas considerados oficiais do período em questão. As diferenças tornam-se mais evidentes quando é analisada a linguagem da obra barretiana notadamente desligada do purismo lingüístico e artificial usados por nomes como Rui Barbosa, Afrânio Peixoto ou Coelho Neto.

Segundo Carlos Nelson Coutinho (2000:101), a fortuna crítica de Lima Barreto é um dos fenômenos mais desconcertantes da historiografia literária nacional. Sua obra desperta desde entusiasmos apaixonados à rejeição categórica de muitos. Mesmo entre os seus admiradores há uma tendência de não compreender a essência da sua crítica, enquanto os que rejeitam sua obra, demonstram um desprezo "aristocrático" considerando pretensiosas as intenções do autor e ao ver na sua renúncia à linguagem empolada e sem conteúdo, uma ausência de bagagem cultural e intelectual ou desconhecimento dos instrumentos da linguagem.

O que para algumas pessoas é defeito ou descuido, tratava-se, sobretudo, de uma intenção de não fazer uma literatura agradável e de passatempo. No romance satírico Os Bruzundangas, o autor faz uma dura crítica a esse tipo de literatura e denomina *Samoiedas* os artistas seguidores do estilo purista cuja principal característica é a falta de conteúdo:

O que caracteriza a literatura daquele país, é uma curiosa escola literária lá conhecida por – “Escola Samoieda”.

Não que todo o escritor bruzundanguense pertença a semelhante rito literário; os mais pretensiosos, porém, e os que se têm na conta de sacerdotes da Arte, se dizem graduados, diplomados nela. Digo – “caracteriza”, porque, como os senhores verão no correr destas notas, não há na maioria daquela gente uma profundidade de sentimento que a impila a ir ao âmago das coisas que fingem amar, de decifrá-las pelo amor sincero em que as têm, de querê-las totalmente, de absorvê-las. Só querem a aparência das coisas.

[...]

Dentre as leis que estatuía, eu me lembro de algumas. Ei-las:

1ª - Sendo a poesia o meio de transportar o nosso espírito do real para o ideal, deve ela ter como principal função provocar o sono, estado sempre profícuo ao sonho.

2ª - A monotonia deve ser sempre procurada nas obras poéticas; no mundo, tudo é monótono (Tuque-Tuque)*.

3ª - A beleza de um trabalho poético não deve ressaltar desse próprio trabalho, independente de qualquer explicação; ela deve ser encontrada com as explicações ou comentários fornecidos pelo autor ou por seus íntimos.

4ª - A composição de um poema deve ser regulada pela harmonia imitativa em geral e seus derivados.

E muitas outras de que me esqueci, mas julgo que só estas ilustram perfeitamente o absurdo da qualificação de leis científicas da arte. Alhos com bugalhos! (BRUZ, 1998: 21-27)

Em um outro momento da obra, o autor demonstra como atuavam os literatos da República da Bruzundanga*, artistas que divulgavam suas obras nos salões das casas burguesas, nas reuniões de clubes e associações. Vejamos o seguinte trecho no qual o narrador demonstra como a literatura oral é mal usada pelos literatos bruzundanguense:

Os literatos, propriamente, aqueles de bons vestuários e ademanes de encomenda, não lhes dão importância, embora de todo não desprezem a literatura oral.

* Tuque-Tuque é o poeta fundador da Escola Samoieda.

* No romance satírico Os Bruzundangas, Lima Barreto criou um viajante brasileiro que narra as suas “impressões de viagem” à “República dos Estados Unidos dos Bruzundangas”, país onde nada é mera coincidência, pois tudo se assemelha ao Brasil do início do século XX. A palavra “bruzundanga” é de origem espanhola, uma variação de “burundanga”, sinônimo de algaravia, palavreado confuso, ninharia e mistura de coisas imprestáveis. Situada nos trópicos, “Bruzundanga”, oficialmente República dos Estados Unidos da Bruzundanga - com a capital denominada Bosony - é considerada pelo seu narrador um país de “terceira ordem”, com governadores medíocres e incapazes que fazem do arrivismo um meio de vida, condenando a população carente a uma vida de miséria e opressão.

Ao contrário: todos eles quase não têm propriamente obras escritas; a bagagem deles consta de conferências, poesias recitadas nas salas, máximas pronunciadas na intimidade de amigos, discursos em batizados ou casamentos, em banquetes de figurões ou em cerimônias escolares, cifrando-se, as mais das vezes, a sua obra escrita em uma *plaquette* de fantasia de menino, coletâneas de ligeiros artigos de jornal ou num maçudo compêndio de aula, vendidos, na nossa moeda à razão de quinze ou vinte mil-réis o volume. (BRUZ, 1998: 20)

Está claro o ataque aos literatos de circunstância cujo intuito principal é desfrutar do *status* de escritor ou intelectual - mesmo só tendo produzido uma única *plaquette*, isto é, um livro de poucas páginas, mas com uma produção gráfica luxuosa - para freqüentar os ambientes da alta sociedade. Lembremos que o uso da sátira era um recurso comum na literatura brasileira no período da *Belle Époque*. Neste gênero literário os constantes alvos são a política e os costumes. A sátira política, em especial, ganha um novo impulso a partir de 1910 quando temos vários acontecimentos modificadores da sociedade: a aceleração da produção industrial, o crescimento desmedido do número de operários, a falta de moradia, baixos salários, custo de vida elevado, greves, reivindicações, enfim, um país com sérios problemas sociais. (c.f.: ALMEIDA LEITE, 1996 51)

A caricatura grotesca dos homens públicos ou a paródia* do discurso empolado e vazio dos bacharéis são armas poderosas nas mãos do autor e desmascaram publicamente as figuras proeminentes apontando os

* De acordo com Almeida Leite (1996: 23), a paródia cumpre a função de um traço num perfil considerado caricaturesco, aliando os traços físicos e de caráter a uma ênfase no discurso usado pela personagem. Dessa forma, a enunciação verbal de uma personagem pode ser a paródia de um tipo de discurso que será criticado. Lima Barreto usa esse recurso ao construir caricaturas de políticos da Primeira República no romance Numa e a Ninfa. Notem a seguinte fala do personagem Xandu: " - O que nos falta é o frio. Ah! A sua Rússia! Eu, se quero ser sempre ativo, tomo todo dia um banho de frio. Sabe como? Tenho em casa uma câmara frigorífica, oito graus abaixo de zero, onde me meto todas as manhãs. Precisamos de atividade e só o frio nos pode dar. Penso em instalar grande câmaras frigoríficas nas escolas, para dar atividade aos nossos rapazes. O frio é o elemento essencial às civilizações...Mas, emendou a alta autoridade, ainda não falei sobre os seus planos. Macieira fala-me aqui das suas idéias sobre pecuária. Quais são?" (NN, 1989: 133-134)

conflitos da sociedade. A sátira com seu efeito demolidor e corrosivo encaixava-se com perfeição às intenções do artista, além de atingir de forma contundente todos os setores da sociedade. Lima Barreto estendeu sua crítica mordaz e cortante a várias instituições e chamou atenção para diversos problemas como a frágil economia, a deficiência no ensino, o sistema eleitoral, o protecionismo das oligarquias. Contudo, criticou principalmente o comportamento da sociedade da época que apenas conseguia se afirmar a partir do reconhecimento do exterior e copiavam sem discernimento os modismos e os cacoetes do estrangeiro. Ele satirizou o culto ao título de “doutor” e o fetichismo provocado pelas pedras preciosas nos anéis dos doutores que indicavam através da cor a importância de cada curso universitário:

A nobreza da Bruzundanga se divide em dois grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado chamarei de palpite.

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro país, isto pode se dar; na Bruzundanga, não.

[...]

Há nessa nobreza doutoral uma hierarquia como em todas as aristocracias. O mandarinato chinês, ao qual muito se assemelha essa nobreza da Bruzundanga, tem os seus mandarins botões de safira, de topázio, de rubi, etc. No país em questão, eles não se distinguem por botões, mas pelos anéis. No intuito de não fatigar os leitores, vou dar-lhes um quadro sintético de tal nobreza da Bruzundanga com a sua respectiva hierarquia colocada em ordem descendente. Guardem-no bem. Ei-lo, com as pedras dos anéis.

Doutores – Médicos (Esmeralda)
Advogados (Rubis)
Engenheiros (Safira)

Engenheiros militares (Turquesa)
Engenheiros geógrafos (Safira e certos sinais no arco do anel)
Farmacêutico (Topázio)
Dentista (Granada) (BRUZ, 1998: 35-38)

Apesar da sua obra ter sido fundamentada numa observação arguta da sociedade, muitos críticos insistem em apontar como fator preponderante na criação literária de Lima Barreto um caráter memorialista, o que pode acarretar uma análise superficial e como conseqüência o cunho profundamente crítico dos seus escritos seriam vistos apenas como “ressentimentos de um derrotado”, “amarguras de um homem de cor”, entre outras considerações. A sua importância não se deve prender ao caráter biográfico de sua obra. Sem haver uma avaliação do real significado de Lima Barreto como um elemento imprescindível “no fortalecimento e aprofundamento de uma tradição realista autenticamente popular.” (COUTINHO, 2000: 101), a sua fortuna crítica é analisada apenas pelo parâmetro da perspectiva biográfica o que resulta numa análise errônea e incipiente.

Assim sendo, o mais comum é a alusão a um “ressentimento” social latente no autor. Ora, esse “ressentimento” como categoria explicativa, tem a função de uma sentença condenatória quando mostra uma suposta adequação social adquirida por outros escritores também socialmente desfavorecidos. A crítica a essa justificativa superficial há muito foi feita, através da denúncia do “simplismo” usado para explicar o engajamento do autor como uma conseqüência do seu “desajuste psicológico”. (c.f: JAGUARI BE, 1998: 51)

Podemos encontrar a alusão a um “ressentimento” em Lima

Barreto nas palavras do crítico Sérgio Buarque de Holanda, que no prefácio do romance Clara dos Anjos (1996: 07) escreveu: “A obra deste escritor é, em grande parte, uma confissão mal escondida, confissão de amarguras íntima, de ressentimentos, de malogros pessoais, que nos seus melhores momentos ele soube transfigurar em arte.” Num determinado momento do ensaio Os olhos, a barca e o espelho (1989: 39), o crítico Antonio Candido também recorre ao mesmo tipo de alusão quando questiona o quanto o empenho social assumido e defendido por Lima Barreto era um reflexo da vida pessoal do autor: “Esta concepção empenhada, quem sabe devido às circunstâncias da sua vida, nos leva a perguntar de que maneira as suas convicções e sentimentos se projetam na visão do homem e da sociedade, e em que medida afetam o teor da sua realização como escritor. Porque, se de um lado favoreceu nele a expressão escrita da personalidade, de outro pode ter contribuído para atrapalhar a realização plena do ficcionista.”

É importante destacar a afirmação encontrada no seu Diário Íntimo, escrito em 1903, no qual o autor inicia o texto com a seguinte anotação: “Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade. “(LSF, 1993: 12). O autor parece não ter conseguido realizar seu desejo, pelo menos não com uma obra referencial para as ciências humanas como fez, por exemplo, Gilberto Freyre. Contudo, o tratamento dado a essa questão nos seus romances é de fato contundente, explicitando, como poucos autores da ficção brasileira da sua época, a problemática do negro e do mulato.

Nos momentos em que se exalta uma literatura engajada numa

função crítico-social, a obra barretiana é lembrada e o seu autor encontra uma posição de destaque na nossa literatura. Entretanto, quando prevalece uma visão esteticista da obra de arte, recai sobre Lima Barreto um profundo descaso, intercalado por declarações que atestam o seu desconhecimento das regras da escrita. Tal atitude não ocorre sem um motivo e convém retomar as palavras de COUTINHO (2002: 12):

Lima Barreto não pode ser 'reinterpretado', ou seja, mutilado ou empobrecido a fim de servir aos propósitos das correntes esteticistas ou reacionárias no campo da literatura; o inequívoco caráter realista e democrático-popular de sua obra se impõe com tal evidência, de modo tão absolutamente insofismável, que os cultores brasileiros do esteticismo só podem reagir diante dela com o silêncio ou mistificação.

2 - A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER NO PERÍODO DA *BELLE ÉPOQUE* BRASILEIRA E A CRÍTICA BARRETIANA

2.1. PANAROMA GERAL

É imprescindível examinar a relação dicotômica que envolve os papéis destinados aos homens e às mulheres na análise de sua posição social no início do século XX. Hannah Arendt, no seu livro A Condição Humana, analisa a dicotomia que separa homens e mulheres. Segundo a autora, a esfera pública lida com a aparência e a forma como os atos e as palavras são vistos e ouvidos pelas pessoas. Somente os fatos considerados relevantes tornam-se públicos, aqueles tidos como menores permanecem no privado “para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros.” (ARENDR, 1997:68)

Nessas afirmações, percebemos as limitações impostas ao espaço privado e inferimos o desejo de quem o habita em alcançar a esfera pública. As reflexões de Arendt dão novas luzes para entendermos as origens das diferenças entre essas esferas, além de oferecerem uma forma para compreendermos por que incluir as mulheres – e os problemas relativos as mesmas – no âmbito privado. Essa associação ocorre devido ao espaço privado ser destinado ao que deve ser ocultado diferentemente da esfera pública que

recebe o que deve ser exibido. De acordo com esse pensamento, a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, portanto da existência de uma esfera pública na qual os fatos deixem de ser resguardados para vir à tona, “até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública.” (1997: 61) No entanto, muitas questões não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado. Evidentemente, isto não significa que as questões privadas sejam geralmente irrelevantes; pelo contrário, existem assuntos importantes que só podem sobreviver na esfera privada. Segundo a autora (1997: 61), o amor, por exemplo, em contraposição à amizade, morre ou, antes, se extingue assim que é trazido a público. Dada a sua inerente natureza extraterrena, o amor só pode falsificar-se e perverter-se quando utilizado para fins políticos, como a transformação ou salvação do mundo.

Na política - uma das formas mais evidentes de manifestação do poder - encontram-se bem delimitadas as esferas do público e do privado. Segundo Joan Scott, a política foi durante muito tempo um exemplo de resistência aos assuntos relacionados à mulher. De acordo com a autora, o ataque de Edmond Burke contra a Revolução Francesa se desenvolve em torno da oposição entre as harpias feias e matadoras ‘sans culottes’ (as fúrias do inferno sob a forma desnaturadas da mais vil das mulheres) e a ‘doce feminilidade’ de Marie Antoinette - pela sua beleza inspiradora do orgulho nacional - que escapa da multidão procurando refúgio aos pés de um rei e de um marido. (c.f.: SCOTT, 1996: 13). A alusão feita pela citada historiadora

demonstra a exclusão impostas às mulheres nos assuntos referentes à política. As palavras pejorativas usadas por Edmond Burke para referir-se àquelas que não ficaram passíveis perante os acontecimentos do seu tempo, são totalmente diferentes do campo semântico utilizado para exaltar a “doçura” e “fragilidade” de Marie Antoinette.

No tocante ao Brasil da *Belle Époque* (final do séc. XIX até as primeiras décadas do séc. XX), essas esferas estavam fortemente demarcadas negando às mulheres diversos direitos. Mesmo assim, esse período foi marcado por alguns avanços no comportamento feminino que acarretaram profundos debates tanto entre os conservadores quanto os progressistas. Afinal de contas, presenciar uma moça de “boa família” – pertencente às classes média ou alta – andando sozinha nas ruas era um ato recente e totalmente inusitado. Mesmo que hábitos como esses tenham se tornados comuns nas primeiras décadas do século, os segmentos conservadores da sociedade não os aceitavam, receosos talvez, porque nesse período surgem as primeiras vozes de protestos contra a discriminação sofrida pelas mulheres e as restrições que lhe foram impostas, como a exclusão às atividades econômicas e políticas. Em 1921, uma articulista da Revista Feminina que assinava com o pseudônimo Iracema, escreveu: “Entre nós, a mulher só exerce sobre o homem o prestígio do seu sexo. Quando o homem não está mais sob o sortilégio exercido pelos encantos da mulher, esta deixa de ocupar-lhe o espírito, de interessá-lo.” (apud SEVCENKO, 1999: 370)

As mulheres naquele período passaram a reivindicar igualdade de formação para ambos os sexos, apontando a opressão sofrida por tantas outras recolhidas nos seus lares, com uma vida monótona e sem atrativos, sujeitando-

se aos maridos devido à dependência financeira, consequência da pouca instrução recebida. A imagem da mãe-esposa-dona-de-casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja - na qual a imagem de Maria era o modelo a ser seguido - , ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser. (c.f.: MALUF; MOTT, 1998: 374)

2.2 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA IMPRENSA

Muitas revistas femininas foram criadas no intuito de “moldar” a concepção do ser mulher ditando normas de comportamentos às suas leitoras. Dulcília Buitoni (1981) fez um interessante estudo sobre a representação da mulher na imprensa feminina brasileira em diferentes períodos da nossa história. No período da *Belle Époque* a autora chama a atenção para o papel social que essas revistas impunham às mulheres, valendo-se de uma “inocente” neutralidade do discurso presente nas suas matérias e propagandas:

À primeira vista, receitas de culinária, conselhos de beleza, contos de amor e outros assuntos comuns às revistas, seções e suplementos femininos do mundo inteiro são neutros. Porém, se sairmos da superfície, veremos que a imprensa feminina é mais ‘ideologizada’ que a imprensa dedicada ao público em geral. Sob a aparência de neutralidade, a imprensa feminina veicula conteúdos muito fortes.

(BUI TONI : 1981: 01)

Segundo a citada autora, a representação da mulher pelas revistas femininas nas primeiras décadas daquele século estava ligada às imagens de “mulher oásis”, “mãe sofredora” e “sacerdotisa da beleza”. O primeiro tipo remete a uma idealização da mulher que passa a ser considerada como o que há de melhor na natureza, na pintura, na música, etc. Essa imagem feminina era comparada a elementos positivos, sendo exaltada as suas qualidades morais, nas quais se acentuam virtudes passivas, dentro de um eixo de aceitação de sofrimentos, a parte boa (ou melhor) da natureza, das artes, das virtudes. Por sua vez, o seu lado humano não era levado em consideração, dessa forma ela era caracterizada como um ser abstrato, incorpóreo, ou seja, uma metade ideal do gênero humano. (c.f.: 1981: 36-37)

O segundo tipo de mulher surge na década de 1910. A sua imagem era associada à da mãe européia - que perdeu seu filho na 1ª Grande Guerra - e à mãe brasileira que perdeu o seu na epidemia de febre amarela ocorrida em 1918. Dessa forma, mesmo que os brasileiros não tivessem conhecido o conflito no seu território, a guerra era usada como comparação a outras tragédias como a referida epidemia. O período sofreu uma forte influência da Europa, principalmente da França e Inglaterra, e a viciosa dependência cultural tornava necessária viver as aflições pelos quais o velho continente passava.

[...] a guerra não é a única calamidade humana, mas é a mais voluntária e a mais cruel. As mães brasileiras que neste momento choram a perda de um filho que lhe arrebatou a epidemia sentem-se no seu infortúnio mais irmãs das mães européias [...] (Revista da Semana, n.40, de 9-11-18 apud BUI TONI , 1981: 43)

A imprensa feminina publica nessa década (1914) a Revista Feminina. Criada por mulheres – sua fundadora foi Virgilina de Souza Salles - e dedicada a elas, a revista apresentava as seções tradicionalmente femininas e incluía uma filosofia editorial que defendia os direitos das mulheres, como por exemplo, a participação no voto. Ela foi um veículo explorador da potencialidade do seu público, ao oferecer uma variedade maior de seções que reunia de forma mais completa o “universo feminino” preenchendo de forma satisfatória diversas áreas: trabalhos manuais, psicologia, beleza, notas sociais, arte culinária, etc. De uma certa maneira, a Revista Feminina antecipou uma tendência mais tarde predominante na imprensa feminina: apresentar veículos que abarcassem uma boa variedade de assuntos (embora não saindo das artes domésticas) tendo como objetivo o lucro financeiro, suprimindo as necessidades decorrentes do crescente processo de urbanização. (c.f.: BUITONI : 1981: 38-43)

Na década de 1920, ocorre um terceiro tipo de representação da mulher: “a sacerdotisa da beleza”. Ela é apresentada como personalidade rara, modelo quase inatingível da perfeição humana. A sua beleza é exaltada, assim como as suas qualidades espirituais. Tudo para essa mulher recebe uma conotação mística até mesmo seus cuidados com a maquiagem - o símbolo de coqueteria passa a ser um parâmetro do seu interior -, da sua alma mística que busca a simplicidade e a tranquilidade. Essa elevação espiritual não era associada à religião, existia simplesmente o culto da Beleza e da Perfeição. Contudo, há constantemente a junção do visível com o invisível, da carne com o espírito através de atitudes às vezes contraditórias, pois sendo mulheres da alta sociedade não se preocupavam com as questões sociais do seu tempo. (c.f.:

BUITONI, 1981: 59-61)

As propagandas de aparelhos facilitadores do serviço doméstico são também comuns nessas publicações. Com a eletricidade, a dona de casa poderia substituir os antigos utensílios como o ferro de passar aquecido com brasas, o fogo de lenha, pelas novidades do mercado. Essas revistas femininas mostravam uma realidade não condizente com o cotidiano da dona-de-casa brasileira da classe média e principalmente da classe popular e a posse daqueles objetos dependeria da condição social de cada uma delas.

A forma como são veiculadas essas propagandas chama a atenção, pela sua manifestação ideológica em mostrar mulheres executando os mais pesados e os mais sujos serviços domésticos sempre com um sorriso no rosto. Difundia-se uma facilidade aparente, porém nem todas as mulheres tinham acesso a esses produtos e a outras necessidades básicas como água encanada e eletricidade: "Os novos bens de consumo beneficiaram apenas uma parcela da população, composta daqueles que podiam pagar e aqueles que se decidiram pela novidade, já que a relação dos consumidores com o novo não foi automática e sem conflitos." (MALUF; MOTT, 1998: 403). Dessa forma, a família lidava com a contradição entre o antigo e o moderno nos hábitos domésticos, assimilando novas atitudes, transformando outras e mantendo práticas antigas de convivência, garantindo a continuidade de tradições.

As revistas não ensinavam apenas o "decálogo da boa dona de casa"* . Entre as suas atribuições estava a de ensinar às moças solteiras como conseguir maridos. Lima Barreto, como um arguto observador da sociedade do seu tempo não deixou de analisar essas publicações de forma crítica e irônica.

* A expressão o "decálogo da boa dona de casa" foi extraído do livro: História da Vida Privada no Brasil - vol 03, no capítulo: *Recônditos do mundo feminino*, escrito por Marisa Maluf e Lúcia Mott.

O autor condenava o discurso ideológico presente nesses livros e revistas que colocavam o casamento como a única “profissão” digna de ser exercida por uma mulher. Essa crítica está presente em uma de suas crônicas cujo título é: Quereis encontrar marido? - Aprendeil!..., na qual comenta a forma como a autora do opúsculo dá receitas de como conseguir um casamento e da análise que a mesma faz da importância social do matrimônio:

A livraria Schettino, desta cidade, há tempos, editou um pequeno opúsculo de doze páginas, tipo graúdo, entrelinhado, com este soberbo título: *Quereis encontrar marido? - Aprendeil!...*

É autor do livro uma senhora, Dona Diana D'Alerno, que, a seguir a regra geral, nunca encontrou o seu. Digo isto porque, na quase totalidade, todas as pessoas que se propõem a fornecer tal coisa ou outra aos seus semelhantes, não a possuem. Haja vista os feiticeiros, negromantes, cartomantes, adivinhos, hierofantes, que estão sempre prontos a dar fortuna aos outros, mas que, entretanto, não têm níquel, pois precisam de espórtulas e gratificações para os seus generosos serviços.

Dona Diana D'Alerno começa o seu interessante opúsculo assim, deste modo, que transcrevo tal e qual:

“Gentis e amáveis moças solteiras. É a vós que dedico estes meus escritos. O motivo que me induz a traçar estas linhas é um dos mais vitais, e quiçá dos mais graves.”

Depois dessa invocação às suas caras leitoras, a autora entra de pronto no “argumento”.

Sabem qual é este argumento? Pois fale ela. Eis as suas palavras:

“Permiti, pois, que vos fale disso como coisa nova.

“Se trata do terrível *dépeuplement*, a diminuição progressiva de nascimentos, que poderá um dia ser causa de tremendos conflitos entre as nações, aproveitando-se umas sobre as outras de maior número de combatentes.”

Vejam os senhores só como esta senhora está adiantada em matéria de previsão histórica e como a sua sociologia é muito obstétrica e ginecológica.

O despovoamento pode ser um dia causa de tremendos conflitos, fenômeno terrível que ela qualifica mais adiante: “espada de Dâmocles suspensa sobre a cabeça de boa parte do gênero humano”.

A Senhora D'Alerno, ao acabar de fazer tão curiosa descoberta, não fica satisfeita. Parece que o seu gênio é como a atividade catequizadora de São Francisco Xavier; quer ir mais longe, mais longe. “Amplius!”

Então toma a palavra pela segunda vez e descobre a causa. Mais uma vez passo para aqui as palavras da ilustre socióloga:

“Pela segunda vez, peço permissão de tomar a palavra e explicar sem *ambages*

qual seja esse motivo: é a diminuição dos matrimônios. É o caso de dizer: “a pequenas causas, sem grandes efeitos” e na verdade, os matrimônios se tornam cada vez mais raros e mais difíceis.” (Quereis encontrar marido? – Aprende!... In: BAG, 2002: 01)

Percebe-se como a autora do folheto trabalha a idéia do casamento como uma salvação não apenas da mulher, mas de toda a humanidade, acreditando exercer uma missão catequética ao lançar um opúsculo que tem como objetivo livrar os seres humanos de uma total extinção, caso os casamentos deixem de acontecer. A maneira como a autora usa as palavras confirma a sua intenção e Lima Barreto não deixa de perceber esse recurso. Dessa forma, podemos imaginar um possível impacto de tal texto nas mentes das jovens que passarão a colocar em prática, se possível, todas as sugestões ali expostas, no intuito de livrar o mundo de medonho infortúnio. Em um outro momento Lima Barreto transcreve a seguinte passagem do folheto que diz: “Permaneça mulher, se quereis ser mãe – a ‘Maternidade’ é essa a maior vitória da mulher; é esta a sua grandiosa obra”.(Quereis encontrar marido? – Aprende!... In: BAG, 2002: 01) O autor desmente o argumento defendido pela autora do folheto de que a vitória da mulher aconteceria somente com a maternidade, quando mostra através da sua personagem Clara dos Anjos que a gravidez para uma mulher pobre representava não uma vitória, e sim, uma derrota perante uma sociedade que renegava as mães solteiras e humildes.

Essas reflexões nos remetem ao papel do discurso ideológico que pretende anular a diferença entre o pensar, dizer e ser. Além de formular uma lógica de identificação única tanto no pensamento e na linguagem quanto na realidade, e a partir dessa lógica universalizasse os sujeitos sociais moldando-os segundo a imagem da classe dominante. Esse objetivo é conseguido através do apagamento das diferenças e contradições. No discurso ideológico existem

lacunas não preenchidas e elas irão garantir a ideologia, pois os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo afirmado explicitamente. Na citação acima, percebe-se o quanto a autora do opúsculo faz uso das lacunas do discurso ideológico na intenção de convencer suas leitores da necessidade do matrimônio na vida de uma mulher.

2.3. OS HIGIENISTAS E A REURBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Além da imprensa há outros aspectos a serem analisados nesse capítulo. Torna-se imprescindível, para entender esse período e as conseqüências do mesmo para a mulher, conhecer o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Essa cidade serviu de modelo ao projeto político republicano voltado para um desenvolvimento urbano no qual as camadas mais favorecidas saíram beneficiadas; em contrapartida o mesmo não ocorreu com as classes populares favorecidas, pois, os recursos aplicados à reforma da cidade visavam unicamente a melhoria dos grandes centros para usufruto da elite, enquanto as áreas mais pobres foram excluídas das reformas. A reurbanização intensificou a estratificação social, posto que aumentou o valor da moradia nas áreas beneficiadas pelos serviços essenciais, condenando a população carente a morar em locais mais afastados da cidade. No entanto, a ineficiência no sistema de transporte desestimulava a transferência da população carente para esses locais, resultando no surgimento das favelas e na inflação de pessoas nos centros urbanos. Em uma das passagens do romance Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, de Lima Barreto, o personagem-título

além de refletir sobre a topografia pitoresca do Rio de Janeiro, reflete também sobre a distância entre os bairros ratificando a dificuldade encontrada pelos moradores destes locais:

Se considerarmos a topografia do Rio, havemos de ver que as condições do meio físico justificam o que digo. As montanhas e as colinas afastam e separam as partes componentes da cidade. É verdade que mesmo com os nossos atuais meios de locomoção pública ainda é difícil e demorado ir-se do Méier a Copacabana: gastam-se quase duas horas. Mesmo do Rio Comprido às Laranjeiras, lugares tão próximos na planta, o dispêndio não será muito menor. São Cristóvão é quase nos antípodas de Botafogo; e a Saúde, a Gamboa, a Prainha graças àquele delgado cordão de colinas graníticas - Providência, Pinto Nheco - ficam muitos distantes do Campo de Sant'Ana, que está na vertente oposta.

[...]

O mal é o isolamento entre eles; é a falta de penetração mútua, fazendo que sejam verdadeiras cidades próximas, pedindo, portanto, órgãos próprios para levarem até os ouvidos das autoridades as suas necessidades e os seus anseios, mas o aperfeiçoamento da viação sanará tudo isto. (VMGS, 1997: 37-39)

A “desodorização”* do espaço urbano teve também a intenção de disciplinar as classes menos favorecidas, atendendo a um desejo da classe dominante. Os higienistas e o poder público desejavam administrar a vida do trabalhador pobre controlando seus atos, desfazendo a rede de relações sociais feitas nas ruas, nos bairros, nas vilas e nas casas com vistas a mudar toda a paisagem urbana do Rio de Janeiro. Para isso várias medidas foram tomadas: drenagem dos pântanos, alargamento e alinhamento das ruas, demolição dos casarões coloniais e imperiais. Neste novo cenário são erguidos suntuosos palácios condizentes com as exigências de uma nova elite que se calcava nos parâmetros europeus, em especial na França e na Inglaterra. A

* O termo “desodorização” é usado por Margareth Rago no livro Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, para designar o processo de higienização sofrida pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Para executar essas mudanças, foram feitas campanhas de saneamento, construção de novos prédios e uma fiscalização constante na moradia da classe popular, no intuito de evitar epidemias, vícios e possíveis sentimentos de revolta desse segmento social.

extrema influência exercida por estes países, principalmente a França – símbolo da cultura e do refinamento – pode ser constatada por um hábito comum entre os elegantes transeuntes da avenida Central que trocam o usual “boa-tarde” ou “bom-dia” por um “Viva a França!”. (c.f.: SEVCENKO, 1999: 37)

As conseqüências destas restaurações para as mulheres faziam-se presentes através das pressões recebidas, pois ficou sobre a sua responsabilidade o dever de moldar a si mesma e a família nesse novo padrão de comportamento garantindo o sucesso na nova ordem de pensamento. Desse modo, intensifica-se a sua atuação no papel de esposa-mãe-de-família-dona-de-casa, os filhos deveriam receber toda atenção possível, no discurso higienista, as crianças eram consideradas a riqueza e o futuro do país. O gerenciamento da família exigia a atenção nos mínimos detalhes do cotidiano de cada componente, através do controle dos horários, da alimentação, do conhecimento das suas atividades, vigiando literalmente os seus passos, no intuito de evitar a aquisição de vícios comprometedores do desenvolvimento físico e moral.

Nesse contexto, desde o nascimento, a criança é cercada de todos os cuidados possíveis. Em várias revistas são publicadas dicas de como cuidar da saúde e da educação dos filhos; o aleitamento materno passa a ser estimulado, condenando-se a prática da ama-de-leite até então exercida pelas mulheres negras. Os médicos higienistas viam nesse costume um grande perigo não apenas para a saúde, mas também a moral das crianças, pois acreditavam serem as amas agentes de transmissão de doenças para o lar burguês. Com isso foi criado o serviço de inspeção para selecionar as que estariam aptas para a função e muitas foram reprovadas por apresentar sífilis, corrimento vaginal,

anemia, infecção urinária, entre outras enfermidades. Em contrapartida, o mesmo cuidado não havia com as crianças das classes populares muitas vezes usadas como mão-de-obra barata na indústria e no comércio para o benefício da burguesia. (c.f.: MALUF; MOTT, 1998: 387)

Se ao homem cabia o sustento do lar, como prescrevia o Código Civil de 1916 que dividia as atribuições dos homens e das mulheres dentro do casamento:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse em comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251)

Compete-lhe:

I - a representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, I, c, 274, 289, I, e 311);

III - o direito de fixar o domicílio da família, ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao juiz, no caso de deliberação que a prejudique;

IV - prover a manutenção da família. (grifo nosso)

À mulher eram destinados, como constatamos na citação abaixo, os cuidados com a casa e com a honra familiar.

Art. 240. A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaborada do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral deste. (grifo nosso)

As trocas eram nítidas e a mulher por ter o seu sustento garantido pelo marido, deveria manter um comportamento respeitoso, sem dar margens a comentários maliciosos que pudessem colocar em risco a honra do

seu provedor, pois o comportamento feminino era em boa parte responsável pelo julgamento que a sociedade faria do seu companheiro. Segundo MALUF; MOTT (1998), homens e mulheres depararam-se não só com uma noção mais delimitada dos papéis sociais atribuídos a cada sexo, depararam-se também com uma inflexibilidade no cotidiano que até então provavelmente era algo desconhecido ou pelo ao menos não tão palpável. E qualquer tentativa de flexibilizar o comportamento padrão era considerada uma afronta e uma ameaça à família e ao lar - lugar inabalável e sagrado - entretanto, nem sempre era possível manter a almejada tranquilidade. De acordo com Rosa M^a Barboza de Araújo, a dupla moral colaborava para o desenvolvimento de distúrbios nas famílias:

A mentalidade herdada dos rígidos padrões de comportamento ditados pelas ordenações ibéricas, inspiradas nos preceitos da Igreja Católica, e regulamentados pelas leis e pelo Código Civil da nascente República, resultou num sistema de valores morais inconscientes. A esperada conduta virtuosa do homem dominador e casta da mulher submissa traduziu-se numa explosão de conflitos. (ARAÚJO, 1993: 134).

A autora destaca alguns elementos ligados aos conflitos acima mencionados e acredita que eles estão associados às divisões de papéis presentes no casamento, no qual o homem deve manter financeiramente o lar ocupando a esfera pública e a mulher deve comportar-se de forma passiva e sem vontade, mantendo-se no âmbito privado. Dona Maricota - personagem da obra de Triste fim de Policarpo Quaresma - assume sem questionamentos o seu papel de esposa-mãe-dona-de-casa:

Muita ativa, muito diligente, não havia dona-de-casa mais econômica, mais

poupada e que fizesse render mais o dinheiro do marido e o serviço das criadas. [...] A alegria de Dona Maricota era grande; ela não compreendia que uma mulher pudesse viver sem estar casada. Não eram só os perigos a que se achava exposta, a falta de arrimo; parecia-lhe feio e desonroso para a família. A sua satisfação não vinha do simples fato de ter descontado uma letra, como ele dizia. Vinha mais profundamente dos seus sentimentos maternos e de família. (TFPQ, 1997: 43)

Rosa M^a Barbosa de Araújo (1993) também destaca a rigidez dos costumes que exigiam uma postura coerente tanto dentro da esfera privada quanto da pública.

Ela arrumava a mesa, nervosa e alegre; e a filha fria e indiferente.

- Mas, minha filha, dizia ela, até parece que não é você quem se vai casar! Que cara! Você parece aí uma "mosca-morta".

- Mamãe, que quer que eu faça?

- Não é bonito rir-se muito, andar aí como uma sirigaita, mas também assim como você está! Eu nunca vi noiva assim. (TFPQ, 1997: 43) (grifos nossos)

No trecho citado, na fala da personagem Dona Maricota, percebemos o rigor com o qual eram educadas as moças de boa família, como também, a insatisfação feminina através da personagem I smênia que no dia do noivado mostrava-se apática, agindo de forma inusitada para a ocasião.

2.4. MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO

A presença das mulheres no espaço público ocorre de forma distinta entre as ricas e as pobres. As ricas recebiam uma educação primorosa na qual havia a preocupação de aprender as regras sociais imprescindíveis não apenas para receber, mas também para poder conviver no espaço público dos eventos sociais, ou seja, servindo como indicador do *status* do marido. No

romance Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, estão presentes figuras femininas da alta sociedade que são exemplos bastante ilustrativos do papel da mulher da elite na esfera pública. O trecho seguinte tem como cenário o teatro Dom Pedro II e de forma sagaz o narrador mostra as pessoas presentes naquele ambiente como marionetes da engrenagem político-social.

A sineta anunciou o espetáculo. Entramos. Poucas vezes fora eu ao antigo Pedro II e as poucas em que fui assisti ao espetáculo das torrinhãs; de modo que aquela sociedade brilhante que via formigar nas cadeiras e camarotes, de longe parecia revestida de uma grandeza que intimidava. Debruçado na grade da galeria, as casacas corretas e os ricos vestuários das senhoras eram um deslumbramento para os meus pobres olhos; e, por não ser de meu gosto analisar os espetáculos que me agradam, aceitei aquela sociedade como deslumbrante, grandiosa e brilhante. Contudo, vulgarmente, e muito, na entrada, parecia-me que aquelas damas, envoltas em capotes e outros agasalhos, tinham o ar de quem ia para o banho; enquanto, na sala, de colos nus, sob o rebrilho das luzes, surgiam-me como mármore de museu. (VMGS, 1997: 93)

As mulheres pobres ocupavam o âmbito público numa outra conotação, pois os espaços destinados eram as escolas, as fábricas, os escritórios comerciais, as lojas, as casas de moda feminina, o serviço de telefonia e também o trabalho nas casas das famílias da elite. Para elas o trabalho representava uma necessidade, visto que o seu salário complementava a remuneração do marido. No conto O filho da Gabriela, a personagem - cujo nome está presente no título do conto - exemplifica a mulher da classe popular que sozinha assume o sustento do filho, ora trabalhando como doméstica, ora recorrendo à prostituição, sem descartar qualquer forma de trabalho para garantir sua sobrevivência:

Durante um mês, Gabriela andou de bairro em bairro, à procura de aluguel. Pedia lessem-lhe anúncios, corria, seguindo as indicações, a casas de gente de toda a espécie.

[...]

Procurava outras casas; mas nesta já estavam servidas, naquela o salário era pequeno e naquela outra queriam que dormisse em casa e não trouxesse o filho.

A criança, durante esse mês, viveu relegada a um canto da casa de uma conhecida da mãe. Um pobre quarto de estalagem, úmido que nem uma masmorra. De manhã, via a mãe sair; à tarde, quase à boca da noite, via-a entrar desconfortada. Pelo dia em fora, ficava num abandono de enternecer. A hóspede, de longe em longe, olhava-o cheia de raiva. Se chorava aplicava-lhe palmadas e gritava colérica: "Arre diabo! A vagabunda da tua mãe anda saracoteando ... Cala a boca, demônio! Quem te fez, que te ature ..."

Aos poucos, a criança tomou-se de medo; nada pedia, sofria fome, sede, calada. Enlanguescia a olhos vistos e sua mãe, na caça de aluguel, não tinha tempo para levá-lo ao doutor do posto médico. Baço, amarelado, tinha as pernas que nem palitos e o ventre como o de um batrálado. A mãe notava-lhe o enfraquecimento, os progressos da moléstia e desesperava, não sabendo que alvitre tomar. Um dia pelos outros, chegava em casa semi-embriagada, escorraçando o filho e trazendo algum dinheiro. Não confessava a ninguém a origem dele; em outros mal entrava, beijava muito o pequeno, abraçava-o. E assim corria a cidade. (O filho da Gabriela. In: CA, 1996: 113)

Muitas mulheres sozinhas, como Gabriela, assumiam todos os encargos familiares. O padrão de moralidade adotado orientava-se de fato, por um outro caminho, no entanto, o casamento representava de alguma maneira um valor positivo associado à respeitabilidade, pois esta era uma aparente liberdade. A rigidez nos costumes e os valores morais não se atenuaram, uma prova disso era a importância dada à virgindade e a permanência de outros preconceitos. A invasão das mulheres no cenário urbano não era de forma alguma confortável já que a cobrança da sociedade burguesa lhes incute a maldição do pecado por deixarem seus filhos e maridos sem os cuidados e as atenções necessárias "o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize." (RAGO: 1987: 63)

Nesse período as teorias científicas da Escola Lombrosiana*, por exemplo, respaldavam a nova ordem social assegurando as peculiaridades inerentes ao sexo feminino: fragilidade, sensibilidade, passividade, vocação para o casamento, para a maternidade, faculdades afetivas que sobrepõem a intelectualidade. Enquanto, as características aplicadas aos homens destacavam força física, capacidade de liderança, natureza autoritária e instinto sexual desenfreado. Em contrapartida, das mulheres era esperada uma atitude de submissão e de decoro no comportamento. Nesse contexto, a sexualidade da mulher era vigiada exigindo-se o controle das suas atitudes para evitar entre outras coisas a perda da virgindade antes do casamento, restringindo o sexo ao âmbito do matrimônio. No romance Numa e a Ninfa, o narrador, numa determinada passagem da obra, mostra como era tratada essa questão:

O namoro, como em toda a parte impera; é feito, porém, com tantas precauções, é cercado de tanto mistério, que fica tendo o amor, além da sua tristeza inevitável, uma caligem de crime, de cousa defendida.

Por parte dos pais, dada a sua condição, há o temor de sedução, da desonra e a vigilância se opera com redobrado vigor sobre as filhas. (NN, 1989: 67)

* Cesare Lombroso desenvolveu suas teorias a partir da Frenologia - estudo desenvolvido pelo médico austríaco Franz Joseph Gall - que consiste em atribuir a cada parte do cérebro uma função específica e associar a forma externa do crânio como reflexo da forma interna do cérebro, a partir desse princípio seria possível diagnosticar faculdades mentais particulares de cada indivíduo. Partindo do princípio defendido pelo austríaco, Lombroso relacionou certas características físicas, como por exemplo, o tamanho da mandíbula à psicopatologia criminal, ou a tendência inata de indivíduos sociopatas e com comportamento delinquente. Para o criminologista italiano, defensor desse tipo de teoria, a mulher pelo seu temperamento irascível, somado aos sentimentos de vingança, ciúme e orgulho, estava bastante próxima do selvagem, da criança e, finalmente, do criminoso. (c.f.: SABBATINI, 2003: 01) Outro médico italiano - Guglielmo Ferrero - acreditava na mesma teoria. Anterior a estes, o médico William Acton defendia a seguinte tese: mulheres que sentissem desejo sexual - algo restrito ao homem - estavam fugindo do comportamento feminino considerado normal e, por isso, deveriam ser enclausuradas em hospícios. (c.f.: ENGEL, 1997: 340)

A realidade das mulheres das camadas populares não lhes permitia seguir esse modelo burguês de comportamento feminino. Haja vista a necessidade de trabalhar como forma de ajudar o marido no sustento familiar ou assumir totalmente, como em muitos casos, as despesas da casa:

As atividades das *mulheres populares* desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e de viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social, o que se configurava através de um linguajar 'mais solto', maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões. Seus ganhos estavam na última escala, já que persistia a ideologia dominante de que 'a mulher trabalha apenas para seus botões', desdobramento das concepções relativas à inferioridade feminina, incapaz de competir em situação de igualdade com os homens. E, apesar de todas as precariedades de seu cotidiano, assumiam a responsabilidade integral pelos filhos, pois 'maternidade era assunto de mulher'. (SOIHET, 1997: 367)

Esse linguajar "solto" está presente numa passagem do romance de Lima Barreto Recordações do escrivão Isaías Caminha no qual o narrador autodiegético (o personagem-título) observa uma briga entre vizinhas, o trecho serve também como exemplo para mostrar o cotidiano e a realidade social dessas mulheres.

Da delegacia, por entre essa bulha, percebemos que um vozerio se aproximava. O inspetor levantou a pena e esperou. Um grande magote de povo invadia a sala. Os soldados correram e contiveram a multidão. Na frente, vinham duas mulheres do povo, desgrenhadas, rotas, que dois soldados, com esforço, mantinham separadas. Um deles, sem largar a mulher, explicou ao inspetor.

- Estavam brigando e pelo caminho ainda se atracaram; nós...

E logo ambas as duas se quiseram justificar, falando ao mesmo tempo. O inspetor repreendeu-as severamente. O soldado expôs. Moravam em uma estalagem próxima, eram lavadeiras, uma era casada e outra tinha "seu homem".

- Por que foi? - perguntou o policial.

De novo quiseram narrar ao mesmo tempo o motivo de tão apaixonado pugilato.

- Assim não pode ser, fez o inspetor. Ou uma ou outra... Vá, fale a senhora,

acabou designando uma delas.

- Vossa Senhoria sabe: sou pobre... Tenho uma galinha. Mais de uma; mas foi a pedrês. E não é de hoje, há muito tempo, sim senhor. A gente não pode, é verdade; mas que se há de fazer? Um bichinho é sempre bom, "seu" inspetor: dá alegria e ajuda a gente... É por isso que a comadre...

- Diga a senhora afinal por que foi... Vá! Intimou o inspetor.

- Eu já digo, sim senhor. Há muito tempo que a minha galinha punha e eu nada de ver os ovos. Procurava daqui, procurava dali, nada de achar... Hoje eu tinha saído para levar o jantar do Manduca e quando voltei vi que a galinha vinha saindo da casa dessa mulher com a cara de quem já pôs... Ah! "seu" inspetor! Deu-me uma gana, uma coisa que eu mesma não sei... Xinguei, fez ela por fim; e foi por isso...

Acabou a narração humilde com uma modulação de choro na voz.

- E a senhora que diz a isso? Perguntou a autoridade à outra.

- Não foi assim, não senhor... Essa mulher sempre embicava comigo... Não sei por que, sempre andava com rezinza... Um dia era isso, outro dia era aquilo... Se o vento punha a sua roupa no chão, era eu; se...

- Mas afinal a galinha saiu ou não de sua casa?

- Saiu, sim senhor; mas foi por acaso...

- Por acaso, o quê! Sua ladra, sua p...

- Que é isso! Exclamou severamente o inspetor. Isto aqui é estalagem? Meto-a no xadrez! Está ouvindo?

A mulher descaiu logo a cabeça, que tinha erguido de um só movimento cheio de arrogância e com voz entrecortada pelo choro, desculpou-se:

- Me perdoe, "seu" inspetor! A gente é pobre... Foi a patroa que me deu o "bichinho"... A gente pensa: vamos ter uma gemada, uma fritada, um doce, uma coisa ou outra... Compra-se milho e se espera...e se espera... No fim a gente vem a saber que os outros é que comem os ovos... Ah! Meu Deus!... É duro! É duro! É sina da gente...

[...]

O inspetor procurou acalmá-la; a outra, muito popularmente, pôs-se a chorar explicando que não furtara os ovos, que não comera, mas que guardara unicamente o primeiro, temendo que fosse "mandiga", "coisa feita", e que, depois, com a continuação, não os restituíra com vergonha, mas que o faria logo que chegasse em casa. Acalmadas e repreendidas, foram-se e a delegacia em breve regressou à sua atmosfera enervante. (REIC, 1997:61-62)

A diferença biológica "justificava" a dominação impedindo homens e mulheres de receberem a mesma formação acadêmica. Para Cesare Lombroso, a aplicação das leis contra o adultério deveria atingir apenas aquelas cuja natureza fosse oposta à esperada pelo seu sexo. Portanto, as mulheres dotadas de um erotismo exaltado, inteligência acima do normal não deveriam

possuir instinto maternal e por isso eram tidas como perigosas e danosas para a sociedade, o criminologista italiano incluía nestas categorias as loucas e as prostitutas, pregando o afastamento de ambas da sociedade. (c.f.:SOIHET, 1997: 363)

2.5. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Esse tipo de discurso científico não será o único a corroborar para a subjugação das mulheres. O discurso jurídico também deu a sua 'contribuição' nesse sentido, pois o Código Penal juntamente com a ação policial tratava de inibir e controlar as ações femininas. Esses e outros fatores traziam como consequência uma crescente violência contra a mulher, principalmente para as das classes populares. Rachel Soihet (1997), ressalta as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, pois ao lado da agressão física havia aquela específica decorrente da sua condição de gênero. Esses elementos irão contribuir de forma significativa para a opressão das mulheres. O parâmetro de comportamento oferecido era o da mulher das classes médias e altas. Este modelo representava um paradoxo tendo em vista a realidade social de cada classe. As regras morais da sociedade da época exigiam uma demarcação ferrenha dos espaços públicos e privados; apesar do incentivo recebido pelas mulheres ricas para frequentar as ruas em momentos e locais especiais como teatros, lojas femininas, cafés e as novas avenidas, elas deveriam estar sempre acompanhadas de acordo com o decoro da época.

As mulheres pobres eram influenciadas pelos preceitos

norteadores do comportamento feminino das classes privilegiadas. Entretanto, nem sempre estabeleciam laços matrimoniais formais, nem correspondiam aos padrões sociais que exigiam delicadeza e recato. Grande parte destas mulheres não se intimidavam perante a brutalidade sofrida no lar; algumas abriam mão do casamento para não sofrer contínuas humilhações e ações de violência doméstica. Essa atitude de enfrentamento justifica-se pelo fato delas lutarem e trabalharem pela sobrevivência, da mesma forma que os seus pares, com isso adquiriam não apenas uma certa liberdade financeira, como também exercitavam a auto-estima, respeitando-se e querendo o mesmo do companheiro. Isso lhes possibilitou reivindicar uma relação com mais igualdade, contrariando os estereótipos vigentes acerca da relação homem/mulher que pregavam a subordinação feminina e a aceitação inerte dos conflitos provenientes da vida em comum.

A violência no processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro seria usada de forma contumaz. O sistema dominante amparado pelo Código Penal, tratava de coagir os hábitos “nocivos” das mulheres das classes populares. O controle e a imposição previam estabelecer normas de boa conduta para as mulheres dos segmentos populares reprimindo, entre outras coisas, seus excessos verbais e vários recursos – como a vigilância constante da força policial e dos higienistas sociais – foram usados a fim de estimulá-las a adquirir hábitos saudáveis e elegantes. A análise multiforme da violência sobre as mulheres pobres e a forma como elas respondiam a essa violência é fundamental no desenvolvimento da nossa pesquisa haja vista a atenção dada por Lima Barreto a mulheres desse segmento da população: “Quem os* ama mais, não somos nós os homens; mas as mulheres e as mulheres pobres, depositárias por excelência

* O autor refere-se aos cães abandonados.

daquilo que faz a felicidade e a infelicidade da humanidade - o Amor." (A carroça dos cachorros. In: MARG, 2002: 02) Encontramos um exemplo contundente de como o sistema judiciário controlava as ações femininas, na crônica de Lima Barreto cujo título é A lei:

Este caso da parteira merece sérias reflexões que tendem a interrogar sobre a serventia da lei.

Uma senhora, separada do marido, muito naturalmente quer conservar em sua companhia a filha; e muito naturalmente também não quer viver isolada e cede, por isto ou aquilo, a uma inclinação amorosa.

O caso se complica com uma gravidez e para que a lei, baseada em uma moral que já se findou, não lhe tire a filha, procura uma conhecida, sua amiga, a fim de provocar um aborto de forma a não se comprometer.

Vê-se bem que na intromissão da "curiosa" não houve nenhuma espécie de interesse subalterno, não foi questão de dinheiro. O que foi simplesmente camaradagem, amizade, vontade de servir a uma amiga, de livrá-la de uma terrível situação.

Aos olhos de todos, é um ato digno, porque, mais do que o amor, a amizade se impõe.

Acontece que a sua intervenção é desastrosa e lá vem a lei, os regulamentos, a polícia, os inquéritos, os peritos, a faculdade e berram: você é uma criminosa! Você quis impedir que nascesse mais um homem para aborrecer-se com a vida!

Berram e levam a pobre mulher para os autos, para a justiça, para a chicana, para os depoimentos, para essa via-sacra da justiça, que talvez o próprio Cristo não percorresse com resignação.

A parteira, mulher humilde, temerosa das leis, que não conhecia, amedrontada com a prisão, onde nunca esperava parar, mata-se.

Reflitamos, agora; não é estúpida a lei que, para proteger uma vida provável, sacrifica duas? Sim, duas porque a outra procurou a morte para que a lei não lhe tirasse a filha. De que vale a lei? (A lei. In: VU, 2002: 04) (grifos nossos)

O autor põe como centro da sua crítica a rígida moral imposta às mulheres e as leis que legalizavam a repressão. Analisando o seu discurso, fica nítida a tomada de posição em favor das mulheres. Observe-se o advérbio "muito naturalmente", duas vezes presentes na crônica, e a expressão "amizade", assim como, outras palavras correlatas presentes no texto. As

figuras femininas da crônica representam com propriedade aquelas que quebravam as regras desta sociedade. Separar-se do marido, assumir sozinha a guarda da filha e começar um novo relacionamento eram atitudes condenadas pelos preceitos vigentes, defensores de um estilo de vida com recato e rigidez moral.

As mulheres das classes populares ao quebrar essas regras provocavam uma vigilância mais rigorosa por parte das autoridades que lhes inculcavam a idéia do casamento como a única via legitimada de união entre um homem e uma mulher. Entretanto, as aspirações das *mulheres populares* eram diferentes daquelas dos segmentos mais favorecidos da sociedade. Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência.

Nos primórdios do século XX, o crime passional cresce numa proporção assustadora. As leis da Escola Lombrosiana amparavam as ações dos uxoricidas. Os seus adeptos afirmavam que algumas paixões - dependendo do grau de intensidade - poderiam provocar determinadas formas de loucura que afetariam a função inibidora das ações, ou seja, deixariam o indivíduo sem condições de frear seus impulsos, isto invalidaria qualquer forma de punição judicial ao criminoso, pois os seus atos seriam resultado de uma força involuntária, afastando qualquer responsabilidade penal. Estes mesmos adeptos da Escola Lombrosiana afirmavam inclusive que os criminosos passionais cometiam os crimes em defesa de valores nobres como a honra, o amor, o ideal político e o religioso.

Lima Barreto, em diversos momentos na sua obra, manifestou-se

contra esse tipo de crime, apontando como a causa desta violência as desigualdades de direitos entre homens e mulheres. Neste contexto político e social, elas eram consideradas propriedade do pai, marido ou namorado e muitas pagaram com a própria vida, por ousarem tentar romper esse domínio. Na crônica Não as matem, o autor expõe sua indignação com a violência sofrida pela mulher.

Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida, é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens: é o domínio, *quand mème*, sobre a mulher. O caso não é único. Não há muito tempo, em dias de carnaval, um rapaz atirou sobre a ex-noiva, lá pelas bandas do Estácio, matando-se em seguida. A moça com a bala na espinha, veio a morrer, dias após, entre sofrimentos atrozes.

Um outro, também, pelo carnaval, ali pelas bandas do ex-futuro Hotel Monumental, que substituiu com montões de pedra o vetusto Convento da Ajuda, alvejou a sua ex-noiva e matou-a.

Todos esses senhores parece que não sabem o que é a vontade dos outros.

Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada; mas o certo é que estes não nos arrebatam senão o dinheiro, enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que é de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão.

O ladrão ainda nos deixa com vida, se lhe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém, nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. Eles, não; matam logo.

Nós já tínhamos os maridos que matavam as esposas adúlteras; agora temos os noivos que matam as ex-noivas.

De resto, semelhantes cidadãos são idiotas. É de supor que, quem quer casar, deseje que a sua futura mulher venha para o tálamo conjugal com a máxima liberdade, com a melhor boa-vontade, sem coação de espécie alguma, com ardor até, com ânsia e grandes desejos; como e então que se castigam as moças que confessam não sentir mais pelos namorados amor ou coisa equivalente?

Todas as considerações que se possam fazer, tendentes a convencer os homens de que eles não têm sobre as mulheres domínio outro que não aquele que venha da afeição, não devem ser desprezadas.

Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa, que enche de indignação.

O esquecimento de que elas são, como todos nós, sujeitas, a influências várias que fazem flutuar as suas inclinações, as suas amizades, o seu gosto, os seus amores, é coisa tão estúpida, que, só entre os selvagens deve ter existido.

Todos os experimentadores e observadores dos fatos morais têm mostrado a inaniidade de generalizar a eternidade do amor.

Pode existir, existe, mas, excepcionalmente; e exigi-la nas leis ou a cano de revólver, é um absurdo tão grande como querer impedir que o sol varie a hora do seu nascimento.

Deixem as mulheres amar à vontade.

Não as matem, pelo amor de Deus! (Não as matem. In: VU, 2002: 18) (grifos nossos)

Eram comuns cenas como a descrita acima na qual os homens sentiam-se no direito de tirar a vida da namorada ou companheira quando partia delas a iniciativa de romper com o relacionamento. Este tipo de violência tornava-se mais grave devido ao amparo que as leis científicas e jurídicas davam aos criminosos, contribuindo com as diferenças entre homens e mulheres legitimando a subordinação feminina. No Brasil, o Código Penal de 1890 livrava de qualquer responsabilidade jurídica o homem que “vingasse sua honra” assassinando a mulher em flagrante ato de adultério. Todavia, a mulher era punida se cometesse este tipo crime podendo ficar até três anos em reclusão. O homem só era punido caso fosse provado que possuía uma amante permanente e mantida financeiramente por ele:

Art. 279. A mulher casada que commetter adultério será punida com a pena de prisão cellular por um a três annos.

Parapho 1º. Em igual pena incorrerá:

1º, o marido que tiver concubina téuda e manteúda;

2º, a concubina;

3º, o co-réu adultero.

A severidade da punição destinada às mulheres é explicada pelo fato de que o adultério coloca em risco a partilha dos bens dos filhos legítimos

com um possível filho bastardo. Na crônica Mais uma vez, o autor retoma esse tema, criticando inclusive, as mulheres que ao invés de proteger aquela que se insubornara, criticam-na tal como faziam os homens:

Este recente crime da rua da Lapa traz de novo à tona essa questão do adultério da mulher e seu assassinato pelo marido.

Na nossa hipócrita sociedade, parece estabelecido como direito, e mesmo dever do marido, o perpetrá-lo.

[...]

Uma rapariga - nós sabíamos isso pelos jornais - creio que espanhola, de nome Combra, havia sido assassinada pelo amante e, suspeitava-se, ao mesmo tempo *marquereau* [sic] dela, numa casa da rua de Sant'Ana.

[...]

Não havia uma que tivesse compaixão da sua colega da aristocrática classe. Todas elas tinham objurgatórias terríveis, condenando-a, julgando o seu assassinio coisa bem feita; e, se fossem homens, diziam, fariam o mesmo - tudo isto entremeado de palavras do calão obscuro próprias para injuriar uma mulher. Admirei-me e continuei a ouvir, o que diziam com mais atenção. Sabem por que eram assim tão severas com a morta?

Porque a supunham casada com o matador e ser adúltera. (Mais um vez. In: BAG, 17) (grifos nossos)

Na citação acima, cabe ressaltar que as mulheres assumem o discurso machista da sociedade, ou seja, o discurso da maioria. E a intolerância demonstrada torna-se contundente pelo fato de essas mulheres serem "colegas" de trabalho da jovem assassinada. No trecho seguinte da mesma crônica, Lima Barreto mostra que esse julgamento negativo era inerente a todas as camadas da sociedade:

Documentos tão fortes como este não tenho sobre as outras camadas da sociedade; mas, quando fui jurado e, tive por colegas os médicos da nossa terra, funcionários e doutos de mais de três contos e seiscentos mil-réis de renda anual como manda a lei sejam os juizes de fato escolhidos, verifiquei que todos pensavam da mesma forma que aquelas maltrapilhas *rôdeuses* do largo do Moura.

No caso atual, neste caso da rua da Lapa, vê-se bem como os defensores do

criminoso querem explorar essa estúpida opinião de nosso povo que desculpa o uxoricídio quando há adultério, e parece até impor ao marido ultrajado dever matar a sua ex-cara metade. (Mais uma vez. In: BAG, 2002: 17)

Nos trechos citados acima, percebemos como o autor de forma clara, toma a defesa das mulheres, sobretudo no apelo final da crônica Não as matem. Dessa forma, ele contraria a reputação de misógino atribuída de forma injusta por alguns críticos. Vale ressaltar que o seu próprio biógrafo - Francisco de Assis Barbosa - surpreendentemente afirma ser Lima Barreto um desconhecedor da alma feminina:

Ao contrário dos personagens masculinos, de traços vigorosos, gente viva, de carne e osso, as mulheres que transitam nos seus romances são apenas desenhadas, vagas, imprecisas, faltando-lhes a densidade, por culpa talvez desse desconhecimento da alma feminina.

Não é das mais notáveis a galeria de mulheres na obra de Lima Barreto: Leda, aquela italiana de "largas espáduas de estátua", que fazia ponto na casa da Rosalina, a caftina que farejou logo no adolescente Isaías Caminha, quando lá apareceu pela primeira vez, "falta de mulher"; Alcmena, do Gonzaga de Sá, alta, fina, "com os seus olhos negros"; Ismênia, a eterna noiva, e Olga, a doce e dedicada afilhada de Policarpo Quaresma. Houve quem visse nesses personagens recalques sentimentais do romancista. (BARBOSA, 1975: 291)

O biógrafo segue a mesma linha de pensamento de outros críticos que insistem em associar um caráter estritamente pessoal à obra barretiana. Uns costumam afirmar que o autor criticava de forma sarcástica a Academia e o culto ao título de doutor por ter sido reprovado na Escola Politécnica e outros críticos, como Francisco de Assis Barbosa, acreditam que a ausência de personagens femininas fortes e marcantes, deve-se a falta de relacionamentos

amorosos fundamentados num sentimento verdadeiro: “Nunca amei; nunca tive amor; mas sempre tive amigos, nos transeis mais dolorosos da minha vida.” (Elogio do amigo. In: IL, 1953: 194). As personagens Edgarda e Olga contrariam a opinião do biógrafo, pois exemplificam a capacidade do autor na construção de figuras femininas densas, precisas e bem-delineadas.

Nos casos de assassinato, a conduta e a vida pessoal da mulher são usadas contra ela mesma quando o seu algoz vai a julgamento. Este recurso muito comum transformava a mulher na responsável pela agressão sofrida e justificava a atitude violenta do agressor. Muitos dos atos de violência física contra a mulher ocorriam devido ao não cumprimento dos deveres familiares dos maridos ou companheiros que não correspondiam ao modelo do homem burguês provedor da família, como mostra o seguinte trecho do conto A mulher de Anacleto, de Lima Barreto.

Este caso se passou com um antigo colega meu de repartição.

Ele, em começo, era um excelente amanuense, pontual, com magnífica letra e todos os seus atributos do ofício faziam-no muito estimado dos chefes.

Casou-se bastante moço e tudo fazia crer que o seu casamento fosse dos mais felizes. Entretanto, assim não foi.

No fim de dous ou três anos de matrimônio, Anacleto começou a desandar furiosamente. Além de se entregar à bebida, deu-se também ao jogo.

A mulher muito naturalmente começou a censurá-lo.

A princípio, ele ouvia as observações da cara-metade com resignação; mas, em breve, enfureceu-se com elas e deu a maltratar fisicamente a pobre rapariga.

Ela estava no seu papel, ele, porém, é que não estava no dele.

Motivos secretos e muitos íntimos talvez explicassem a sua transformação; a mulher, porém, é que não queria entrar em indagações psicológicas e reclamava. As respostas a estas acabaram por pancadaria grossa. Suportou-a durante algum tempo. Um dia, porém, não esteve mais pelos autos e abandonou o lar precário. (A mulher de Anacleto. In. HS, 1999: 152-153)

Os maridos não admitiam ser advertidos pela esposa devido ao não

cumprimento das suas obrigações familiares: o pagamento do aluguel da casa, o dinheiro para a manutenção e a alimentação dos filhos. Por isso, muitas vezes, reagiam com ofensas verbais ou com violência física quando eram cobrados. O homem ao internalizar a ideologia burguesa de que o cabe a função de provedor do lar, sente seu orgulho ferido ao ser cobrado por não colocar em prática o papel que lhe é prescrito pela sociedade.

O trecho acima confirma que o estereótipo do marido dominador e mulher submissa - presente nas famílias das classes burguesa - não era comum nas classes populares. Muitas mulheres assumiam um comportamento que ia de encontro a este modelo reagindo à violência recusando-se a suportar situações humilhantes, chegando a abrir mão do matrimônio - instituição altamente valorizada para a mulher, na época. Como vimos no trecho citado, a mulher do personagem Anacleto abandona o lar por não aturar as agressões físicas e a irresponsabilidade do marido.

Diante deste contexto, fica explícito o quanto a violência fazia parte do cotidiano das mulheres pobres no Brasil do início do século XX. A sociedade discriminatória, a desigualdade social, ao lado das dificuldades de sobrevivência afastava-as do estereótipo esperado por uma mulher. Por isso, ao lado da violência física é necessário salientar que a violência simbólica também estava presente na vida destas mulheres através das imagens negativas que foram criadas para as mesmas por tanto tempo.

2.6. A IDENTIDADE FEMININA

De acordo com as considerações expostas, percebemos que no período analisado havia uma associação contumaz da personalidade feminina a uma natureza frágil e apática. Um ser cercado de uma áurea de pureza, amor e abnegação, “por natureza” destinado a viver servindo os outros em detrimento dos seus desejos e sonhos. Essas características contribuíram de forma determinante para fortalecer a situação de opressão vivida pelas mulheres, visto que elas eram destinadas exclusivamente a exercer funções sociais condizentes com os parâmetros citados. Portanto, na análise dos diversos papéis exercidos pelas mulheres dos diversos segmentos da sociedade – sejam elas voltadas às suas funções na família, à sua representação na imprensa, às atribuições nas esferas sociais - verificamos que está presente a confirmação da supremacia masculina.

Segundo Joan Scott (1996: 11), os símbolos culturais evocam múltiplas representações que são na maioria das vezes, não apenas diferentes, como também contraditórias. No tocante à mulher, a citada autora usa as figuras de Eva e Maria – representações da cultura judaico-cristã – para mostrar que as imagens de santa e pecadora são contraditórias, mas não excludentes, pois as duas representações podem ser aplicadas a uma mesma mulher. Ela salienta que essas representações por apresentarem-se de forma dicotômica raramente são percebidas.

A historiadora americana ressalta também que os conceitos normativos expressos através da religião, da educação, da ciência e da política atuam sempre de forma dualista, impondo categorias de feminilidade e de masculinidade. Nas organizações e instituições sociais há a noção de fixidade e

o objetivo da nova pesquisa histórica é: “descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência as instituições e organizações sociais.” (SCOTT, 1996: 11) Esta abordagem parte do pressuposto de que o gênero não é construído apenas pelo sistema de parentesco, mas também na economia e na organização política através de uma construção social.

A forma como a autora elabora o seu conceito de gênero nos possibilita não apenas fazer uma análise de qualquer processo social, mas também verificar como as relações de poder são articuladas dentro do mesmo: “[...] O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no Ocidente, nas tradições judaica-cristã bem como a islâmica.” (SCOTT, 1996: 12). Para essa historiadora os conceitos de poder constroem visões de mundo, no qual as perspectivas das mulheres diferem dos interesses dos homens numa tentativa de afirmar que a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres.

Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e, tipicamente, tomam a forma de uma oposição binária que afirma, de modo categórico e inequívoco, o sentido de homem e mulher, de masculino e feminino. (SCOTT, 1996: 11)

O discurso ideológico mascarou diversas situações aparentemente possuidoras de um consenso social. Um exemplo é a imagem da mulher vitoriana, um outro exemplo é a atitude dos grupos religiosos fundamentalistas que usam sua crença como um restaurador dos valores familiares considerados

perdidos, porém esta restauração passa pela manipulação da mente feminina.

Na análise da mulher no período em questão, percebemos o quanto à discussão sobre o poder é pertinente e necessária. Naquele momento histórico, o poder atribuído à mulher aproximava-se daquele descrito por Michelle Perrot (1992: 167). A historiadora francesa mostra que a polissemia da palavra "Poder" é bastante significativa: no singular a palavra possui uma conotação política e designa uma figura masculina central envolvida com questões do interesse público. No plural, o mesmo termo apresenta-se de forma fragmentada e difusa sendo, por isso, o tipo de poder no qual as mulheres participam. Portanto, se os homens têm o "poder", às mulheres são atribuídos, na verdade, "micropoderes" exercidos na esfera privada e em alguns setores da sociedade civil.

Uma função na sociedade para a mulher estava ligada aos papéis de esposa e mãe. E os seus desejos serão orientados pelo desejo de um outro indivíduo. Sobre as questões referentes à identidade feminina há um fator imprescindível: essa forma de opressão encontra-se associada à cultura da culpa na "creencia en la responsabilidad irreparable de las mujeres, en su culpa ante las inadecuaciones o ante la supuesta falta de identidad. [...] Por eso algunas mujeres creen no tener identidad y que es posible, además, existir como mujeres sin identidad de género." (LAGARDE, 1997: 28)

A obrigação do "dever ser" e a culpa assumida por muitas mulheres cristalizaram determinados papéis e funções exercidas. Soma-se a essa constatação a divisão das esferas que ocultou a importância social do trabalho exercido no recôndito do lar. O trabalho doméstico tornou-se invisível e conseqüentemente desvalorizado acarretando como conseqüência a

dissimulação das diversas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no cotidiano. O descaso com o serviço doméstico - repleto de esforço e desgaste físico - justificou a diferença salarial entre homens e mulheres e ignorou, anos a fio, o protesto daquelas que quiseram romper com a opressão existente denunciando a sólida rede de relações de poder, inerentes à construção social entre homens e mulheres.

3. OS PERFIS DAS MULHERES DE LIMA BARRETO

A análise das figuras femininas em Lima Barreto será dividida em dois subcapítulos e enfocará os tipos de mulheres constantemente presentes na obra ficcional do autor, a saber: a burguesa; as negras e as suburbanas. O primeiro tópico tratará da mulher burguesa e da sua representação. O ponto de partida para esse estudo será o romance Numa e a Ninfa, entretanto, faremos referências a alguns personagens de outras obras ficcionais do autor que exemplifiquem e enriqueçam nossa abordagem, quando necessário. O segundo subcapítulo tratará da representação das mulheres negras e das mulheres suburbanas. O objeto de análise será o romance Clara dos Anjos e a exemplo do que será feito no tópico anterior, recorreremos a outros textos com personagens ilustrativas dessa temática.

3.1. A NINFA EGÉRIA E A MULHER BURGUESA

No romance Numa e a Ninfa, Lima Barreto inspirado na trama política que levaria ao poder o Marechal Hermes da Fonseca, apresenta um instigante painel da vida política e da sociedade do seu tempo, pintando uma galeria de figurões entre civis e militares sedentos de poder e dinheiro. O autor recorre à força corrosiva da sátira para desmistificar as instituições revelando os jogos de interesses e a fogueira de vaidades inerentes a uma sociedade arrivista. O romance publicado em folhetim em 1915, não trouxe nem reconhecimento nem dinheiro ao autor. A elite - que na época constituía o público consumidor - reconhecendo-se nos personagens caricaturados da obra, preferiu ignorá-la.

O tom satírico do romance ocorre devido ao jogo de contrastes e semelhanças existentes entre os personagens barretianos e os da narrativa mítica na qual Numa Pompílio é o segundo imperador romano. A obra de Lima Barreto apresenta-se como um espelho invertido veiculando uma imagem contrária da relação entre o citado imperador e a sua ninfa Egéria. Na narrativa mítica, Numa Pompílio é um imperador íntimo dos deuses e realizador de grandes mudanças promovedoras de avanços sociais cujos principais feitos são: repartir de forma mais justa o território; dividir e classificar os povos pelas funções exercidas, contribuindo para a formação de associações; reformar e limitar a lei que concedia aos pais o direito de vender seus filhos. No campo religioso, através da mediação da ninfa Egéria, Numa consegue suavizar e esmorecer o espírito guerreiro e arrogante do seu povo instaurando um reino no qual prevalecia a paz e a religião. (cf.: MARTHA, 1989: 103-115)

No texto romanescos, Numa Pompílio de Castro é um homem persistente que obtém - mesmo sendo um aluno medíocre - o título de doutor, o

que representava a porta de entrada para um mundo há muito sonhado: “O filho do escriturário, desprezado pelos doutores, percebeu logo que era preciso ser doutor fosse como fosse.” (NN, 1989: 18). Numa também sabia que, ao lado do título, o casamento representava a forma mais rápida para a ascensão ao poder. Por isso, casa-se com a filha do chefe político de Estado, conseguindo eleger-se deputado federal logo após o casamento. O seu objetivo é alcançado, porém Edgarda, insatisfeita com sua atuação na política passa a estimulá-lo a discursar na Câmara, ajudando-o a escrever os discursos. A partir daí, chega o sucesso, mas também diversos contratempos passam a ocorrer, haja vista a mediocridade de Numa e a sua incapacidade de ser criativo, não sabendo contornar os imprevistos. Nesses momentos, conta com o assessoramento de Edgarda, que por sua vez, recebe a orientação do seu primo e amante Benevuto.

Dessa forma, a aproximação dos nomes masculinos representa o início da sátira, pois a aparente identificação é desfeita quando o narrador expõe a fraca personalidade do personagem romanesco. Vejamos o que diz Pierre Grimal no seu Dicionário de Mitologia Grega e Romana:

NUMA POMPÍLIO. (*Numa Pompilius.*) Numa, de origem Sabina, é o segundo rei de Roma nas lendas da fundação da cidade. Nasceu no dia em que Roma foi fundada por Rômulo, e casou com Tácia, filha de Tito Tácio. Representava o rei religioso por excelência; atribui-se-lhe a criação da maior parte dos cultos e das instituições sagradas. Começou por conceder honras divinas a Rômulo, sob o nome de Quirini(v. *Rômulo*). [...] Supunha-se que seguia o pitagorismo ou então que a sua política religiosa era inspirada pela ninfa Egéria; esta vinha, de noite, dar-lhe conselhos, na gruta das Camenas junto de uma fonte sagrada. (v. *Egéria*) (1997:333)

De fato, ambos os ‘Numas’ analisados somente pela ótica do poder,

têm semelhanças inegáveis, porém o sobrenome Castro abre espaço para uma nova interpretação como mostram os seguintes verbetes:

CASTRO s.m. (lat. castrum) Fortaleza dos tempos pré-romanos ou romanos. (LAROUSSE, 1993:76)

CASTRAR v.t. (lat. castrare) [conj. 4] 1. Tirar, total ou parcialmente, os órgãos de reprodução; capar. 2. Anular a personalidade de. (LAROUSSE, 1993:76)

CASTRO, -AS, -ARE, -AVI, -ATUM. v.tr. I - Sent. Próprio: 1) cortar, podar. 2) Castrar. Daí: 3) Amputar. 4) Emascular, debilitar. (FARIA, 1992:97)

O termo que tem sua origem no latim *castru* significa fortaleza. Entretanto, no decorrer da narrativa percebemos a opção do narrador em escolher o significado oposto, associando Numa ao protótipo do homem castrado, submisso e sem personalidade.

A análise dos nomes Edgarda e Egéria aponta uma aproximação entre ambos tanto na forma quanto na função exercida por essas figuras femininas. Vejamos as seguintes definições dos verbetes **NINFAS** e **EGÉRIA**:

NINFAS. As Ninfas são jovens mulheres que povoam o campo, os bosques e as águas. São os espíritos dos campos e da natureza em geral, de que personificam a fecundidade e a graça. (GRIMAL, 1997: 331)

EGÉRIA. (*Egéria*) Egéria é uma ninfa de Roma que parece ter sido originalmente uma deusa das fontes ligada ao culto de Diana dos Bosques da região de Nemi (*v. Diana*). Tinha também um culto na própria cidade de Roma, junto da Porta Capena, no sopé da colina Célio. Egéria passava por ter sido a conselheira do piedoso rei Numa. Ora é identificada como

sua mulher ora como sua amiga e diz a lenda que costumavam encontrar-se à noite. Foi ela quem lhe ditou a sua política religiosa, ao mesmo tempo que lhe teria ensinado as orações e as fórmulas de conjuro mais eficazes. Quando Numa morreu, a ninfa desesperada tantas lágrimas verteu que foi transformada em fonte. (GRIMAL, 1997: 129-130)

Desde o primeiro momento em que a figura de Edgarda é mencionada fica clara sua função de ninfa e a sua superioridade intelectual.

O Deputado Pieterzoon, um gordo descendente de holandês, mas cuja malícia não tinha nem o peso do seu corpo, nem o da sua raça, disse certa vez: - O Numa ainda não ouviu a Ninfa*; quando o fizer - ai de nós! (NN, 1989:13) (grifo nosso)

A fala do personagem Pieterzoon ocorre no início do romance e oferece as primeiras pistas no que se refere à função de Edgarda como orientadora da carreira do marido, como a mediadora entre Numa e o poder e afirma a influência da "Ninfa" nas ações de Numa e mostra o quanto a sátira percorre não só os nomes dos personagens, mas também guia as relações de Numa e Edgarda estando presente em toda a obra.

Numa é descrito como um homem sem inteligência, destituído de vontade própria que usa o parentesco de genro como profissão. A sua falta de personalidade tornava-o indiferente perante seus colegas deputados, como mostra o seguinte trecho:

Entre as revelações parlamentares que surgiam no momento, uma causou espanto. Era quase desconhecida da Câmara e completamente do público, a existência de Deputado Numa Pompílio de Castro.*

* O personagem refere-se a Edgarda.

* A apresentação de Numa no romance indica que a sátira irá percorrer toda a obra, no intuito de mostrar as artimanhas que havia no mundo político.

Apesar de nome tão auspicioso para o ofício de legislador, os próprios contínuos não lhe guardaram com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos. Durante muito tempo, chamaram-no Nuno; e, nos primeiros meses de seu mandato, freqüentemente impediram-lhe a entrada em certas dependências, a menos que o fizesse pela porta por onde penetrava na véspera. Reconhecido e empossado, não deu sinal de si durante o primeiro ano e meio de legislatura. Passou todos esses longos meses a dormir na sua bancada, pouco conversando, enigmático, votando automaticamente com o *leader* e designado pelos informados como - "o genro de Cogominho". Era o deputado ideal; já se sabia de antemão a sua opinião, o seu voto, e a sua presença nas sessões era fatal. Se na passagem de algum projeto, anteviam dificuldades na obtenção da maioria, contavam logo com o voto do "genro do Cogominho". Ele vota conosco diziam os cabalistas, a questão é saber que o Bastos quer e o *leader* manda. (NN, 1989:12-13)

Aparentemente, Edgarda incorpora o papel da mulher ideal no período da *Belle Époque* brasileira: sujeita-se a viver como pano de fundo na vida de um homem e gera uma infra-estrutura necessária para o marido produzir, assumindo o papel imposto pela sociedade, sem grandes questionamentos, pois para estas mulheres o mais importante é manter um casamento tranqüilo cumprindo seu dever social de esposa, mesmo vivendo uma felicidade aparente.

A vida do casal continuava a ser a mesma. Viviam um ao lado do outro, sem grandes ternuras, sem ódio, sem também a perfeita e mútua penetração que o casamento supõe. Pareciam habituados àquele viver desde muito tempo; e Dona Edgarda costumava a velar, a animar a carreira política do marido, maternalmente. (NN, 1989:39)

No entanto, mesmo cedendo às regras da época, ou seja, casando-se por conveniência, Edgarda consegue sobressair-se devido ao seu elevado grau de instrução - algo incomum para o momento no qual vivia -, e à sua forte personalidade que a transformaram numa mulher ativa e perspicaz, possibilitando-lhe orientar a carreira política do marido. Segundo o narrador

da obra, sua ambição provinha da educação recebida pelas irmãs do Colégio Botafogo que aconselhavam suas alunas a casarem-se com homens com um futuro promissor, caso almejassem projeção e respeitabilidade na sociedade.

Era sua ambição que se realizava na celebridade do marido. Educanda das irmãs, de Botafogo, ela não queria ficar atrás das outras e lembrava-se do que lhe dissera certo dia a irmã Teresa, com sua voz macia e aquele olhar inteligente que dava tanta vida à sua cútis de pergaminho:

- Veja só Edgarda, quase todos os homens importantes do Brasil têm se casado com moças educadas aqui. A mulher do Indalécio, o ministro da justiça, foi nossa discípula; a Rosinha, que se casou com Castrioto, do Supremo Tribunal, também; e a mulher do Almirante Chavantes? E a Laurentina [...] É rara, minha filha, a educanda nossa que não leva o marido longe. (NN, 1989:39-40)

Faz-se presente em Numa e a Ninfa noções de poder sacramentadas como universais e baseados em diferenças biológicas quando coloca a mulher como um ser sensível devendo por isso lidar com temas ligados ao universo feminino: tomar conta do lar, casar, ter filhos, ou seja, desempenhar as funções da vida privada.

Desde muito que Dona Ana Forfaible não visitava a sua amiga Mariquinhas. [...] Mariquinhas é caseira, tem filhos; demais, o marido ainda é tenente e não pode andar em passeios.

[...]

Muito bem vestida, enluvada, fechou o rosto na sua importância, radiou a patente do marido e seguiu para a casa da amiga. Chegou.

- Não sabes, disse ela suspendendo a *voilette*, como tenho andado azafamada... Não te tenho podido visitar... Também tu não vais lá em casa?

- Não tenho podido, Anita; o Descartes anda só doente e...

[...]

- E a Heloísa?

- Muito bem. Está no colégio. Não queres tomar café?

[...]

A dona de casa começou a colocar as xícaras; ia e vinha do guarda-louça, para a mesa, e foram conversando:

- Estou sem criada, Anita. Um inferno!

- As minhas também não param.

- Não há leis... (NN, 1989: 53-55)

O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa nos séculos XIX e início do século XX resultou num maior conforto das residências e criou os limites entre o povo e a nova classe que surgia, provocando um processo de valorização da intimidade. A interiorização da vida doméstica acontece ao mesmo tempo em que as famílias mais ricas abrem as portas das suas residências para os eventos sociais ocorridos nos salões e nas salas de visitas – os espaços intermediários entre o lar e a rua. Nesses ambientes, a noção de intimidade tornava-se mais abrangente e a mulher por ser considerada o espelho da estruturação familiar era constantemente avaliada. (c.f.: D'INCAO, 1997: 228).

O papel da mulher na sociedade apresentava-se de forma ambígua. A sua onipresença não estava separada da função subalterna que lhe era atribuída. Isto apenas ratifica o espírito patriarcal da época. Pois, ao mesmo tempo em que era colocada como um ser dependente, era também vista como um elemento central. Jeffrey D. Needell, ao analisar as instituições domésticas da elite no período da *Belle Époque* brasileira mostra o papel destinado às mulheres da alta sociedade:

As alianças no interior da família, bem como o cuidado das crianças, que selavam os compromissos e mantinham a linhagem da elite, eram ambos considerados “tarefas de mulher”, mesmo que submissas aos desejos e ambições dos homens. [...] Além da administração doméstica, as mulheres eram as estrelas no palco da sociedade. Pois a exibição de roupas e jóias, o comportamento no salão e nos chás, e a graça que conferiam às recepções semanais serviam como indicadores confiáveis do status familiar. Todas as atividades da alta sociedade requeriam

necessariamente a presença das mulheres. Pois a alta sociedade, por mais feminina que fosse em sua expressão, era masculina em seu propósito. Ela servia para manter e promover os interesses das famílias da elite, definidos pelos pais e maridos que os supervisionavam. (NEEDELL, 1993: 159-160)

O caráter “decorativo” destinado às mulheres da elite e a sua função de um termômetro indicador do sucesso da família burguesa apenas reforçam a importância de definir os espaços dentro dessa classe, visto que dentro da própria casa havia as distinções dos espaços públicos e privados. Cabia aos salões e às salas de jantar os lugares ideais para o uso de um comportamento cerimonioso exigido pelo momento e aprovado pela sociedade. Nesses ambientes ouvia-se o som de um piano ou ocorria a leitura de trechos de poesias e romances em voz alta. No romance Triste fim de Policarpo Quaresma - obra que reflete situações do cotidiano da burguesia - há um outro exemplo sobre as festas e os encontros sociais:

[...] lá na sala fez-se silêncio. Cavalcânti ia recitar. Atravessou a sala triunfantemente, com um largo sorriso na face e foi postar-se ao lado do piano. Zizi acompanhava. Tossiu e, com a sua voz metálica, apurando muito os finais e “s”, começou:

*A vida é uma comédia sem sentido,
Uma história de sangue e de poeira
Um deserto sem luz ...*

E o piano gemia. (TFPQ, 1997: 51)

A personagem Zizi, como jovem pertencente a uma família bem situada na sociedade, sabia tocar piano, pois essa habilidade além de mostrar a boa educação feminina recebida, confirmava sua posição social distinta e privilegiada. Nesses encontros, havia uma repressão dos sentimentos e

qualquer ação deveria ser acompanhada de uma representação do bem-receber através de uma atitude de recato e polidez: "A máscara social será um índice das contradições profundas da sociedade burguesa e capitalista. [...] Em função da repressão de sentimentos, o amor vai restringir-se a uma idealização da alma e da supressão do corpo." (LEITE; MASSAINI, 1989: 76) As relações amorosas vão se desenrolar embaixo desse véu de puritanismo e o espaço da alcova tornou-se o ambiente ideal para a libertação dessas máscaras, pois somente neste ambiente era possível expressarem os sentimentos escondidos no âmbito social: leituras de livros proibidos, lágrimas de saudade e ciúme, demonstração de carinho e encontros secretos.

As mulheres de extração burguesa empenhavam-se com afinco na ascensão social dos seus pares, tornando essa meta uma missão e ocupando, assim, suas monótonas e ociosas vidas burguesas. Mme. Forfaible, assim como Edgarda, gasta boa parte do seu tempo nessa função. É interessante notar a ironia do nome da personagem - ao mesmo tempo em que é forte (fort) é também fraco (faible) - que se adequa a personalidade de Anita Forfaible:

Mme. Forfaible chamou Lucrecio e perguntou muito naturalmente:

- Que é que se diz do meu marido?
- Não sei... Não vai ser senador?
- Não queria... Queria que ele fosse ministro! Não dizem nada por aí?
- Que eu saiba não. Mas, a senhora sabe que essas cousas nós, os pequeninos ...
- Diga-me uma cousa, Lucrecio: isso que se diz aí da mulher de Lussigny é verdade?
- Que é, minha senhora?
- Que ela pode muito em Bentes.
- Ah! É uma de Paris?
- É essa mesma.
- Dizem que sim, Dona Anita. Dizem que ela é quem faz tudo, que o general só faz o que ela quer. Ela já está aí.
- Eu sei. Vou falar com ela. Meu marido há de ser ministro. (NN, 1989: 210 - 211)
(grifos nossos)

Assim como Edgarda, Mme. Forfaible também assumia o papel da ninfa Egéria visto que cuidava da ascensão política do marido. A referência à ninfa como sinônimo da esposa zelosa com os rumos da vida profissional do cônjuge também está presente na sátira Os Bruzundangas, como mostra o seguinte trecho:

- Que povo aborrecido!
- Mas que tem você com o povo? - pergunta Mme. Mandachuva, a Egéria conjugal. (BRUZ, 1998:62).

Esse tipo de mulher, como um produto da sociedade arrivista do seu tempo, deixa-se diluir na falta de caráter tão comum naquele momento social e age de acordo com os favores que deseja obter, comportando-se como era esperado para a sua posição. Mesmo sendo o ócio o elemento constante nas suas vidas, o casamento era a meta de todas. Através do matrimônio podia-se alcançar a proteção financeira oferecida pelo marido e o prestígio de obter o título de “Senhora” - símbolo de respeito e certeza de reconhecimento. O casamento entre as famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status*. Natalie Heinich (1998) no livro Estados da mulher* - no qual analisa os papéis femininos na ficção ocidental do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX - ressalta que a esposa reina como soberana, uma mulher realizada, só ela possui a capacidade indiscutível de ser vista. Com todas essas vantagens ser a consorte de um homem e principalmente ser a primeira é o grande desejo das jovens solteiras. Essa realidade destoava do cenário de romantismo presente nos

* No livro citado, Natalie Heinich elabora três estados femininos de acordo com a posição que a mulher exerce dentro de um relacionamento familiar e amoroso. Classificando-as da seguinte forma: a primeira, como o nome indica, a esposa oficial, reconhecida e respeitada pela sociedade; a segunda é representada pelos graus de amantes, concubinas, cortesãs, prostitutas de ruas e a terceira que tem como representantes as solteironas, governantas, damas de companhia, tias e tutoras.

romances lidos que defendiam e estimulavam a realização de um casamento fundamentado no amor mútuo entre os cônjuges.

Por isso, é importante salientar a influência do romance sentimental na vida dessas mulheres. Neles havia a possibilidade de viver todos os sonhos proibidos pelo conservadorismo da sociedade: "Seduzir, reinar pela beleza, pela elegância, conquistar um homem, vários homens: grande sonho identitário feminino que, sem poder ser vivido, é saboreado na literatura." (PERROT, 1998: 32) A leitura foi para as mulheres da burguesia - obrigadas a ficar em casa - , uma fuga da realidade na qual vivia, uma ocupação, uma evasão, um acesso ao sonho, a história e ao mundo. Através das figuras femininas dos romances, as leitoras colocavam em prática seus desejos e sonhos e a grande variedade de personagens permitia uma maior possibilidade de emoção: a heroína, a vilã, a prostituta, a cortesã de luxo, a amante, a tia bondosa, a tutora, a governanta sem escrúpulos, enfim uma infinidade de representações.

Dessa forma, a leitura solitária ocupa de uma certa forma para a mulher o mesmo lugar que o prostíbulo para o homem e representava a busca de um amor fora do comum, porém encarnados por personagens de papel. A leitura, prazer tolerado ou furtivo, foi para muitas mulheres um jeito de se apropriar do mundo, do universo exótico das viagens e do universo exótico dos corações. As leitoras presas num mundo de repressões sociais vêem nas personagens dos livros a parte romanesca da sua existência e através delas irão viver o que não é permitido, de realizar a parte de si mesma que teve que sacrificar. (c.f.: PERROT, 1998: 33) No romance Numa e a Ninfa, há exemplos da influência da leitura na vida da personagem Edgarda:

Passava freqüentemente pelas livrarias, comprava um e outro, dava-os à mulher que sempre tivera o hábito de ler. E ela lia poetas, lia os romances, e foi alargando o campo de leitura. Deste e daquele modo foi completando a sua instrução, adquirindo essa segunda que as mulheres, no dizer de Balzac, só adquirem com um homem. Apanhara bem a relação que há entre a vida que não vivera, e o livro que lia; entre a realidade e a expressão. (NN, 1989: 48)

As leituras de Edgarda, como mostra a parte grifada, ampliam seus horizontes e lhe dão uma visão de mundo totalmente diferente do universo pessoal no qual vivia. O narrador não explicita a qual tipo de educação refere-se, porém percebemos sua referência implícita ao adultério. No próximo trecho, há uma ênfase não somente no gosto da personagem pela leitura como também a mediocridade de Numa que não compreendia a importância do hábito de ler. Para o personagem, tanto os livros escolhidos pela esposa quanto o próprio ato da leitura eram práticas destituídas de qualquer utilidade o que demonstra que Lima Barreto longe de ser um misógino, reconhecia na mulher a inteligência e a sensibilidade que faltavam aos seus maridos:

A mulher lia, lia muito e ele, a princípio, admirou-se muito com aquela leitura.

Para que? Não sabia bem que prazer pudesse ela encontrar nos livros com os quais só lidou por obrigação ...

Nada disse, no entanto; ambos se entenderam e ele mesmo, as mais das vezes, se prontificou a trazer este ou aquele volume.

Os observadores que o viam entrar nas livrarias, adquirir livros e revistas, começaram a estimá-lo como estudioso e homem de bom gosto. (NN, 1989: 24) (grifo nosso)

Em Triste fim de Policarpo Quaresma, o gosto de Olga pela leitura - uma outra personagem da elite - também não é compartilhado pelo marido que desdenha as suas preferências, entretanto, assim como Numa ele publicamente

finge gostar de determinados autores para não expor sua limitação intelectual:

O próprio Doutor Armando Borges, o marido de Olga e sábio sereno e dedicado quando estudante, colocava na revolta a realização de risonhos anelos.

[...]

Não havia dia em que não comprasse livros, em francês, inglês e italiano, tomara até um professor de alemão, para entrar na ciência germânica; mas faltava-lhe energia para o estudo prolongado e a sua felicidade pessoal fizera evoluir-se a pequena que tivera quando estudante.

A sala da frente do alto porão tinha sido transformada em biblioteca. As paredes estavam forradas de estantes que gemiam ao peso dos grandes tratados. À noite, ele abria as janelas das venezianas, acendia todos os bicos-de-gás e se punha à mesa, todo de branco com um livro aberto sob os olhos.

O sono não tardava a vir ao fim da quinta página... Isso era o diabo! Deu em procurar os livros da mulher. Eram romances franceses, Goncourt, Anatole France, Daudet, Maupassant, que o faziam dormir da mesma maneira que os tratados. Ele não compreendia a grandeza daquelas análises, daquelas descrições, o interesse e o valor delas, revelando a todos, à sociedade, a vida, os sentimentos, as dores daqueles personagens, um mundo! O seu pedantismo, a sua falsa ciência e a pobreza de sua instrução geral faziam-no ver, naquilo tudo, brinquedos, passatempos, falatórios, tanto mais que ele dormia à leitura de tais livros.

Precisava, porém, iludir-se, a si mesmo e à mulher. De resto, da rua, viam-no e se dessem com ele a dormir sobre os livros?!... Tratou de encomendar algumas novelas de Paulo de Kock em lombadas com títulos trocados e afastou o sono. (TFPQ, 1997: 122-124)

A prática da leitura também remete à divisão dos espaços dentro de um lar burguês. Dentro da própria residência havia as divisões de espaços com os salões destinados às festas, o escritório e a biblioteca os locais de trabalho do marido. À mulher burguesa era reservado um ambiente geralmente usado para aulas de piano, bordado ou leitura. Michelle Perrot (1998) faz uma observação muito original sobre essa divisão de espaços dentro da esfera familiar chamando a atenção para o fato de que ao mesmo tempo em que o lugar destinado às mulheres no jornal era o inferior, local onde ficava os folhetins e as notícias típicas do universo feminino, o mesmo acontecia com a casa

burguesa no qual o escritório ou a biblioteca reservados aos homens ficava, muitas vezes, no primeiro andar: "Certa vez, em que houvera recepção na casa do famoso deputado, quando ele já se tinha retirado para os aposentos do andar superior, a fim de estudar não sei o quê, sua mulher ficou na sala de visitas a conversar com algumas amigas e alguns amigos." (BRUZ, 1998: 32), enquanto os espaços femininos estavam localizados no térreo.

O romance Numa e a Ninfa também apresenta divisões dos espaços femininos e masculinos:

Dona Edgarda, mulher de Numa, não andou muito contente uns dias e ela os passou recolhida à sua biblioteca a ler e a pensar.

Os livros estavam fora dos seus lugares nas estantes; viviam pelas mesas, pelo chão, abertos, com marcas à vista; e um tal aspecto era mais o da biblioteca de um sábio em desesperada polémica que o da de uma senhora que faz plácidas leituras. (NN, 1989: 165)

Além da demarcação dos espaços entre homens e mulheres no âmbito privado, o narrador destaca a superioridade intelectual da personagem que usa o espaço originalmente criado para uma leitura amena e fútil como um local para a reflexão e aquisição de conhecimento. Em Triste fim de Policarpo Quaresma também há exemplos do espaço destinado à mulher. O luxo do gabinete da personagem Olga condiz com a atmosfera dos espaços privados da época:

[...] O genro vestia-se e a filha ocupava-se com sua correspondência, escrevendo à cabeceira da mesa de jantar. Ela tinha um gabinete, com todo o luxo, livros, secretária, estantes, mas gostava pela manhã, de escrever ali, ao lado do pai. A sala parecia mais clara, a vista para a montanha, feia e esmagadora, dava mais severidade ao pensamento e a vastidão da sala mais liberdade no escrever. (TFPQ, 1997:124-125)

O espaço público é o local no qual as forças sociais se articulam em poder e decisão. O espaço privado é voltado para a produção e reprodução familiar. “No primeiro, governam os negócios; no segundo, reina o ócio; o primeiro acumula, o outro desperdiça; um mostra-se recatado e discreto; outro, exhibe-se em esplendor.” (RIBEIRO, 1996: 211) Estas forças apesar de serem complementares, interligadas e interdependentes possuem suas regras próprias e funções delimitadas.

O narrador além de mostrar as divisões dos espaços também mostra de forma irônica, a mediocridade e a falta de personalidade dos maridos de Olga e Edgarda, em oposição à intelectualidade dessas personagens. Isso invoca um ponto importante: o papel do Amor nas relações conjugais na obra ficcional de Lima Barreto. Ele seria possível nesse universo de jogo de corrupções e interesses? Como se verá adiante, percebe-se a falta desse sentimento na vida das personagens. Frequentemente, o narrador evidencia a falta de amor e o descontentamento no casamento, encarando-o como uma escada de ascensão social.

Como castelã, sonhara sempre com casamentos excepcionais; e, a todos que lhe insinuavam, certos rejeitava por prosaicos; e outros, por serem desproporcionados. Talvez se iludisse a si mesma; talvez já tivesse achado um que era do seu amor, mas não era de sua prudência. A castelã mais uma vez se fizera burguesinha...*

Nunca supôs que aquele bacharel esguio, amarelado, cabelos duros, com um grande queixo, vestido com um apuro exagerado de provinciano, premeditasse casar-se com ela; mas, o ócio provinciano, a falta de galanteadores passáveis, a vontade de matar o tédio, fizeram-na esquecer a artificial representação que tinha de si mesma e aceitou as homenagens do chefe de polícia de seu pai.

O governador via com bons olhos a aproximação dos dois e pareceu-lhe que o casamento de ambos seria útil a sua política. (NN, 1989: 22)

* Neste trecho percebemos que o Amor ficava em segundo plano quando o objetivo do casamento é o prestígio público.

No conto O número da sepultura, a personagem Alzira demonstra a falta de perspectiva e uma atitude de inércia com a sua vida de casada percebendo que a sua existência consistia em “passar” das mãos do pai para as mãos do marido. Esse fato testemunha a sensibilidade do narrador em penetrar o âmago da frustração feminina compactuando com a personagem as suas insatisfações.

Que podia ela dizer, após três meses de casada sobre o casamento?

Era bom? Era mau?

Não se animava a afirmar nem uma cousa, nem outra. Em essência, “aquilo” lhe parecia resumir-se em uma simples mudança de casa.

[...]

Passando da obediência dos pais para a do marido, o que ela sentia era o que se sente quando se muda de habitação.

No começo, há nos que se mudam agitação, atividades; puxa-se pela idéia, a fim de adaptar os móveis à casa “nova” e, por conseguinte, eles, os seus recentes habitantes, também; isso, porém, dura poucos dias.

[...]

Contudo, esperava no casamento alguma cousa de inédito até ali, na sua existência de mulher: uma exuberante e contínua satisfação de viver.

Não sentiu, porém, nada disso.

O que houve de particular na sua mudança de estado foi insuficiente para lhe dar uma sensação nunca sentida da vida e do mundo. Não percebeu nenhuma novidade essencial...(O número da sepultura. In: CM, 1997: 59-60)*

A falta de interesse individual pode levar estas mulheres a procurar numa relação de adultério uma forma de se livrar da monotonia. É o que acontece com Edgarda que trai o marido com o primo Benevuto; este, ao contrário de Numa, apresenta uma personalidade forte e marcante e, possivelmente, foram estas qualidades que atraíram Edgarda. O adultério em Numa e a Ninfa comprova como a hipocrisia manipulava as relações sociais na

* Neste conto percebemos uma referência a Ema Bovary, personagem de Gustave Flaubert, que assim como, a criação literária de Lima Barreto sofre com a insatisfação no casamento.

alta sociedade, visto que Edgarda* mesmo apaixonada pelo amante não admite a idéia de separar-se do marido, não por moralismo, e sim, pela notoriedade que o casamento com um político oferecia. Entretanto, a dualidade da personagem é explicada por alguns elementos considerados tentadores para quem está nesse tipo de relação: a moral e a ética, o dever e o prazer, o material e o espiritual, os custos e os interesses.

Parentes próximos, conhecidos desde meninos, o amor só brotou neles depois do casamento da prima. Nunca se haviam conhecido bem, nunca se tinham compreendido; e, nela, o matrimônio como que lhe deu um outro sentido, uma antena que descobriu no primo o que lhe exigiram a imaginação e a inteligência.

Casada, um pouco das suas idéias de menina e de moça evoluiu; se os desejos de notoriedade do marido, não se foram também, é porque neles havia muito de seu amor-próprio pessoal e o seu casamento fora determinado por esse mesmo sentido. (NN, 1989: 89)

O marido representa ao lado da família e dos filhos o pólo do dever, mas também tudo aquilo com que uma esposa sonha: o prestígio, o nome, a fortuna, a estabilidade; o amante coloca em risco todos os benefícios oferecidos pelo casamento, no entanto é aquele que permite à mulher afirmar-se de maneira autônoma, ser apreciada por si mesma, mais do que pelas suas qualidades exteriores, enfim, viver não se sentindo devedora a ninguém. (c.f.: HEINICH, 1998: 130). No conto O filho da Gabriela, a personagem Dona Laura* vivia em constantes relações extraconjugais na tentativa de buscar nos

* Edgarda antes do casamento não havia notado nada de especial no primo e assumia, inclusive, uma certa atitude de reserva, pois ele não possuía as características recomendadas pelas irmãs do Colégio Botafogo, além de ser um crítico ferrenho da política feita pelo seu pai. Entretanto, depois de casada, ela o percebe como um parceiro compatível em todos os sentidos, Benevuto era inteligente, independente, tinha uma forte personalidade e a amava verdadeiramente, oferecendo uma ternura e bem-estar que não ocorria no casamento, também é somente ao lado dele que ela mostra toda a sua feminilidade.

* Com Alzira e Laura, podemos constatar como Lima Barreto soube de forma sensível compreender a alma feminina ao mostrar, através dessas personagens, a insatisfação e a falta de perspectivas de muitas mulheres no casamento.

amantes uma forma de preencher o vazio existencial encontrado no casamento e de receber um pouco da afeição e o do calor humano que o marido não oferecia:

[...] casada, sem filhos, não encontrando no casamento nada que sonhara, nem mesmo o marido, sentiu o vazio da existência, a inaniidade dos seus sonhos.

[...]

Tinha um amante e já tivera outros, mas não era bem a parte mística do amor que procurara neles. Essa, ela tinha certeza que jamais podia encontrar; era a parte dos sentidos tão exuberantes e exaltados depois das suas contrariedades morais.

Pelo tempo em que o seu afillhado entrara no colégio secundário, o amante rompera com ela; e isto a fazia sofrer, tinha medo de não possuir beleza suficiente para arranjar um outro como "aquele"; e a esse desastre sentimental não foi estranha a energia dos seus rogos junto ao marido para a admissão do Horácio no estabelecimento oficial.

O conselheiro, homem de mais de sessenta anos, continuava superiormente frio, egoísta e fechado, sonhando sempre uma posição mais alta ou que julgava mais alta. Casara-se por necessidade decorativa. Um homem da sua posição não podia continuar viúvo; atiraram-lhe aquela menina pelos olhos, ela o aceitou por ambição e ele por conveniência. (CA., 1996: 115)

Desse modo, numa relação de adultério a proteção e a estabilidade financeira não são os objetivos procurados por uma mulher, pois estes elementos são de responsabilidade do marido, e sim, a possibilidade de ser ela própria, mostrando-se como é de fato, sem a vigilância e sem as regras da sociedade. O amante para Edgarda proporciona mais do que a realização do amor desejado e pregado pelos folhetins oferece, principalmente, o estímulo da auto-estima, muitas vezes perdida no matrimônio.

O relacionamento destes amantes não era regido apenas por uma realização romântica. A ambição de Edgarda e a sua determinação também guiavam o seu relacionamento com o primo, pois Benevuto era o redator dos discursos proferidos por Numa na Assembléia Legislativa, além de fornecer informações sobre as tramas políticas que colocavam em risco a carreira

política do marido e do pai da personagem:

Encontravam-se há quase um ano naquela casa discreta, graças à complacência de uma velha conhecida, quase pessoa da família de sua mãe, que lhe prestava aquele serviço mais por dedicação do que por interesse de outra ordem.

Edgarda tirou o chapéu, foi-se desabotoando com o auxílio do amante – tudo muito vagarosamente, com preguiça e sem nenhum ardor; Benevuto disse-lhe:

- Sabes, Edgarda, que o “velho” vai resignar?

- Não.

- Pois vai, se não resignou já.

- Quem te disse?

- O Inácio Costa... Ele anda sempre informado, vive nos bastidores – ele e o teu primo Salustiano.

- Salustiano? Que tem ele com essas cousas?

Em corpete, colete descansando no toucador, ela sentara-se a uma cadeira, uma perna sobre a outra, e deixara um instante de desabotoar as botinas.

- Que tem?!

- Você é que não adivinhou. Tola, disse ele, beijando-a: ele quer é deslocar teu pai.

[...]

A visão daquela insólita queda do pai pareceu-lhe uma desfeita, um insulto; e conquanto ele pudesse prescindir dos proventos dos cargos, viu no fato uma humilhação à idade e à respeitabilidade do pai. Tirou uma das botinas e exclamou com raiva:

- É um desaforo!

- Precisa manha, meu amor. O que teu pai deve fazer e os outros também é fingirem grande dedicação a Bentes, fazê-lo prisioneiro, simular admiração, pelos seus talentos e convencê-lo de que é normal a sua ascensão. Mas, para isso devem exagerar, exagerar tudo, o prestígio que têm.

[...]

Ela quis afastar a obsessão, a teimosa ansiedade; mas voltava-lhe à idéia o “tombo” na influência paterna, enchia-se um momento de indignação sobretudo contra o tal Salustiano, um seu parente! Tomaria o lugar do pai? Como havia de olhá-lo? Já não quisera ridicularizar o marido?

- Ah! É verdade! lembrou-se ela.

- Que é, meu bem?

- Já fizeste aquilo*? (NN, 1989: 90-92)

Em outro trecho do romance, o narrador com uma contundente ironia mostra um diálogo entre Benevuto e Edgarda no qual aquele mais uma vez aconselha a amante, que por sua vez, repassa a Numa as orientações recebidas.

* A personagem refere-se ao discurso que Benevuto escrevia para Numa ler na Assembléia.

No entanto, apesar desta ironia o narrador deixa nítido o fato de Edgarda ser uma mulher astuta que burla um esperado comportamento submisso, comandando e decidindo todas as ações.

- Sim ... sim ... como? ... como votar? ... entendi ... bem ... o *leader* como vota? ... questão aberta? bem ... já? ... daqui a meia hora ... entendi ... vou ver ... não demoro ... respondo já ... não me esqueço ... sim ... sei ... bem ... já disse ... eu sei, Numa! sei ... Até já ...

E descansou o fone no gancho durante alguns instantes. Esperou que a ligação se desfizesse e pediu nova:

- Minha senhora ... alô! ... meia dúzia zero quatro leste ... sim! leste ...

Aguardou um momento e continuou:

- Alô! Alô! Quem fala? ... Ah! É você, Benta? ... Benevuto está? ... vai chamá-lo ao aparelho ... de que casa? ... da minha casa ... sim ... espero ... vai ...

Não houve grande demora e Edgarda com o fone ao ouvido, o lado esquerdo voltado para o aparelho, a cabeça meio inclinada, perguntou ternamente:

- É você, Benevuto? ... bem ... é você? ... já sei ... não é pra já ... hoje? ... não posso ... não se perde por esperar ... não tenho podido ... que está aí? ... bem ... uma coisa ... Numa pergunta como deve votar no projeto de acumulação ... diziam que queria ... sim, o governo! ... agora? ... não faz questão ... sim ... que acha você? ... entendi ... bem ... como? contra? ... não ... sim ... ele quer vetar? ... ficar simpático ... compreendo ... faz passar por portas travessas ... sou inteligente ... no telefone, só, não, "seu" trouxe! ... entendi ... faz passar e veta ... entendi ... fica com a simpatia dos interessados ... então? ... como? ... sim ... se for nominal, contra; se não for, a favor ... magnífico ... vou ... precisa cuidado ... sei ... creio ... não se cansa ... sei adeus!

Orientada, pediu de novo ligação para a Câmara e pôde Edgarda resolver a dificuldade política em que se achava seu marido. (NN, 1989: 116-117)

Ressaltamos que Benevuto aparece como um contraponto no romance ao criticar com ironia e um sarcasmo cruel o universo político corrompido da Primeira República. É um dos poucos personagens masculinos da obra de Lima Barreto ao lado de Policarpo Quaresma, Gonzaga de Sá, Machado e Isaías Caminha que escapam da mediocridade e da falta de espírito crítico. Vejamos o trecho seguinte no qual podemos verificar através do narrador do romance, a visão lúcida que Benevuto tem sobre a República e o impacto da

mesma na população:

A satisfação que ele encontrou em Inácio Costa não era o sentimento que ele via na massa da população. Os boletins dos jornais eram avidamente lidos, embora insignificantes. Os transeuntes paravam, amontoavam-se à porta dos jornais para ler a notícia de um simples falecimento. A cidade estava apreensiva e angustiada. É que ela conhecia essa espécie de governos fortes, conhecia bem essas aproximações de ditadura republicana. O florianismo dera-lhe a visão perfeita do que eram. Um esfacelamento da autoridade, um pululamento de tiranos; e, no fim, um tirano em chefe que não podia nada. A liberdade conciliada com a ditadura! Quem regulava essa conciliação, que determinava os limites de uma e de outra? Ninguém, ou antes: a vontade do tirano, se fosse um, ou de dous mil tiranos, como era de esperar. (NN, 1989: 61)

A consciência política de Benevuto afastava-o das outras pessoas da sua classe social, visto que o seu espírito crítico não compactuava com o arrivismo usado como uma mola propulsora da tão almejada ascensão social. Os momentos das suas reflexões no romance serão marcados por uma análise contundente da sociedade. Segundo Maria Zilda F. Cury (1981), esse afastamento ocorre devido ao auto isolamento imposto pelo grupo social a esses personagens (Policarpo Quaresma, Isaiás Caminha, Gonzaga de Sá e Machado), como também do auto isolamento por se perceberem "diferentes". É importante ressaltar que os homens também não deixam de receber a crítica mordaz e crua do autor, se mulheres conscientes existem com exceção o mesmo ocorre com os homens.

O adultério em Numa e Ninfa chama a atenção pelo fato de não ser julgado como se determinavam os preceitos morais, em nenhum momento há uma censura sobre o tema. Edgarda não é critica pelo seu ato, como era o esperado para o momento no qual vivia - , pois, aos homens era permitido e aceito um caso extraconjugal, em contrapartida, apenas as mulheres eram

punidas em casos de traição. O narrador confere uma igualdade num comportamento restrito aos homens quando não condena a referida personagem. O adultério de Edgarda não termina em crime passional. Numa fica indignado ao descobrir a traição da esposa, mas não toma nenhuma atitude no intuito de “restaurar sua honra” por saber que uma ação como esta colocaria a perder todas as suas conquistas na vida política e as outras glórias vindouras:

Contou-lhe Numa toda a história e a necessidade de que havia de fazer um discurso no dia seguinte. A mulher concordou e dispôs-se a compô-lo completo e perfeito. [...] O deputado foi dormir e a mulher trancou-se na biblioteca trabalhando na oração do marido.

[...]

Pensou em ir ver a mulher; em ir agradecê-la com um abraço o trabalho que estava tendo por ele. Calçou as chinelas e dirigiu-se vagarosamente, pé ante pé, até ao aposento onde ela estava. Seria uma surpresa. As lâmpadas dos corredores não tinham sido apagadas. Foi. Ao aproximar-se ouviu um cicio, vozes abafadas ... Que seria? A porta estava fechada. Abaixou-se e olhou pelo buraco da fechadura. Ergeu-se imediatamente ... Seria verdade? Olhou de novo. Quem era? Era o primo ... Eles se beijavam, deixando de beijar, escreviam. As folhas de papel eram escritas por ele e passadas logo a limpo pela mulher. Então era ele? Não era ela? Que devia fazer? A carreira ... o prestígio ... senador ... presidente ... Ora bolas!

E Numa voltou, vagarosamente, pé ante pé, para o leito, onde sempre dormiu tranqüilamente. (NN, 1989: 223-224) (grifo nosso)

O autor deixa nítido numa carta destinada a João Ribeiro - no qual agradece os comentários feitos sobre o romance Numa e a Ninfa - uma clara defesa ao comportamento de Edgarda - que havia sido duramente condenado pelo crítico:

Meu caro Senhor doutor João Ribeiro.

Desde dias que tenho tencionado escrever-lhe a respeito da crítica que o senhor fez do meu *Numa*.

[...] Não costumo discutir as críticas aos meus livros, nem devo. Mas permita, como todo romancista que se preza, eu tenho amor e ódio pelos meus personagens.

Por isso eu pedia licença para protestar contra o qualificativo de velhaca que o senhor apôs à minha Edgarda. Eu não a quis assim. Ela é vítima de uma porção de

influências sociais, de terrores em tradições familiares, quando aceita o casamento com o Numa. Depois ... Nós, dado a fraqueza do nosso caráter, não podemos ter uma heroína de Ibsen e, se eu a fizesse assim, teria fugido daquilo que o senhor tanto gabou em mim: o senso da vida e da realidade circundante. (LSF, 1993: 244-245) (grifo nosso)

O trecho citado não é apenas uma defesa da personagem Edgarda. É também a defesa de outras personagens do romance que representam o resultado da formação familiar e das influências sociais pelas quais se calcaram no decorrer da vida. Não se deve esquecer que a cobrança imposta a estas mulheres provocava um desejo de parecerem perfeitas, não apenas para a sua família, mas principalmente para a sociedade. Dessa forma, muitas delas recorreram a todos os caminhos possíveis para conseguir a aprovação do meio no qual vivia.

Em Numa e a Ninfa, há um outro exemplo de romance proibido: o relacionamento de Dona Alice - senhora de quase setenta anos e mãe do senador Macieira Galvão - com um jovem de vinte e poucos anos. O curioso é o fato de a família aceitar e não esconder da sociedade o romance entre a matriarca e o jovem estudante de engenharia.

Recebia da família tudo de que necessitava: roupa, livros, dinheiro e corria que tudo isso obtivera devido à paixão que inspirara à velha Dona Alice, mãe de Macieira Galvão, de quem se fizera amante.

[...]

- Você não imagina, Edgarda, a ternura que mamãe tem pelo Felicianinho ... É Felicianinho para aqui, é Felicianinho para ali ... Nem para Macieira, que é seu filho, nem para mim, nem para o Orestes, que é seu neto, ela tem mimos que tem para Felicianinho. (NN, 1989: 79-82)

A aceitação de um relacionamento tão incomum pela família de

Dona Alice e por outros personagens da obra, pode ser encarada como uma forma que tem o narrador de mostrar que o romance da velha senhora não causaria nenhum escândalo maior àqueles que viviam dentro de um ambiente de corrupção e interesses pessoais e políticos. Nathalie Heinich (1998: 147), observa que a viuvez promove uma emancipação no comportamento de uma mulher – principalmente quando a viúva dispõe de rendimentos que lhe asseguram uma certa independência econômica, como é o caso da Dona Alice – assim ela poderá ter liberdade para viver uma vida amorosa sem se afastar da sua própria sociedade e do seu estilo de vida.

Podemos concluir que no romance Numa e a Ninfa as mulheres possuem uma grande capacidade de percepção da realidade e muita vontade e faculdade de empenho no sentido de atingir os objetivos que traçam para si. Isto implica que valorizem, por sua vez, aquilo que a sociedade valoriza. Pois, como observou o próprio Lima Barreto, elas eram um produto de um meio social corrompido pela ambição e pelo desejo do poder.

3.2. CLARA DOS ANJOS E OUTRAS MENINAS

O romance Clara dos Anjos é o ponto de partida e o ponto final na obra de Lima Barreto. A primeira redação que remonta a 1904-05 não chegou a ser concluída. A versão definitiva ocorreria anos depois e se constituiria na última narrativa do autor. Essa versão data de dezembro de 1921 a janeiro de 1922. Em novembro deste mesmo ano ocorreria a morte do seu autor. O romance publicado como folhetim na *Revista Sousa Cruz*, no período de 1923-

24, só conheceu o formato de livro em 1948. No texto, as humilhações sofridas pelo mulato suburbano no romance Recordações de escrivão I saías Caminha são encarnadas numa figura feminina.

A obra possui um forte caráter de denúncia e o autor mostra, muitas vezes com ironia, mas também com piedade, o drama daqueles que viviam à margem da sociedade, oprimidos pela sua classe social e exilados pela cor da sua pele. Neste contexto de drama e fatalismo, surge a figura da personagem-título - jovem mulata seduzida e abandonada por um rapaz branco de extração burguesa - ela representa uma infinidade de tantas outras jovens da sua mesma condição social que sonhadoras e apaixonadas tornavam-se presas fáceis nas mãos de homens inescrupulosos. Num período em que o casamento era o objetivo almejado pela maioria das moças, a sedução e o abandono simbolizavam a impossibilidade de concretizar esse sonho.

O nome de Clara revela uma triste ironia e se opõe à configuração da personagem que designa. Segundo Maria Zilda F. Cury (1981:38), é comum em Lima Barreto a escolha de nomes que criam contrapontos a seus personagens e retratam uma negação daquilo que de fato representam, visto que há uma discrepância "entre o campo de significações dado por esses nomes e a atuação desses personagens nos romances." Na obra em questão percebe-se esta peculiaridade, pois Clara na verdade não é clara, e sim, mulata e o sobrenome dos Anjos invoca uma idéia de pureza, de inocência que também entrará em contradição quando a personagem é seduzida por Cassi Jones. No entanto, a contradição do nome também serve para reafirmar a crítica à fatalidade sócio-racial na obra. Dessa forma, o nome Clara dos Anjos e as referências evocadas assumem o papel de pólo contraditório da denúncia

constituindo-se numa ironia por fazer o leitor conscientizar-se desta incoerência.

Há no romance um fecundo painel sobre a situação da mulher negra e da mulher suburbana. No tocante à mulher negra, o autor denuncia os estereótipos norteadores dessa figura feminina, ratificando que o preconceito contra a mulher é ainda mais acentuado quando além de pobre, é negra. Lima Barreto na epígrafe do romance inicia o tom de denúncia que irá percorrer o mesmo:

A

Memória de minha mãe

Alguns as desposavam [as índias]; outros, quase todos, abusavam da inocência delas, como ainda hoje das mestiças, reduzindo-as por igual a concubinas e escravas.

João Ribeiro, *Histórias do Brasil*, (pág. 103, 7^a edição).

A mulher negra e o destino que lhe é reservado são temas constantes na obra de Lima Barreto. De fato, essa preocupação era mais do que necessária, se levarmos em consideração os preconceitos sociais, raciais e sexuais enfrentados pelas mulheres negras na sociedade. Após a Abolição da Escravatura, elas continuaram a exercer funções nos setores mais desqualificados, recebendo baixos salários e um péssimo tratamento por parte dos patrões. De acordo com os registros policiais da época, havia um grande número de negras e mulatas exercendo as funções de lavadeiras, empregadas domésticas, cozinheiras e prostitutas. Nessas documentações elas são descritas como pessoas grosseiras, vulgares e promíscuas, não merecendo qualquer direito que garanta sua cidadania. (c.f.: RAGO, 1997: 582)

Em contrapartida a mulher branca da elite era desprovida de

qualquer imagem sexual, suas atribuições na família consistiam em supervisionar os afazeres domésticos e assumir o papel de genitora dos herdeiros do chefe da família sendo, por isso, considerada intocada, com sua sexualidade permeada de pudor e limitação, representando o estereótipo da mulher-santa: “O ‘Madonismo’, exaltação da mulher-virgem, reflete-se no culto à Virgem, com o qual o brasileiro sempre teve grande identificação.” (D’AVILA NETO, 1994: 48) A branca era associada à mulher-flor que devia ser colhida viçosa, porém mantida à distância, cercada de cuidados. Por sua vez, a mulher negra estava associada à imagem de mulher-fruta que necessita ser tocada. A brejeirice surge como uma forma de astúcia da mulher negra para se transformar de escrava a rainha. (c.f.: SANT’ANNA, 1985: 21)

Marília Monteiro (1989: 97) analisa a forma como foi criada essa ideologia escravagista que transformou a escrava na autora do estereótipo da sexualidade que a cerca: “Usando o corpo, dirige as relações de permuta amorosa e amolece o senhor. Deixaria de ser escrava no eito para ser rainha no leito. O cativo estaria amenizado. A ideologia concorre e reproduz a força do erotismo como capaz de suavizar as relações de violência e poder. Como se fosse possível generalizar exceções.”. Portanto, é atribuída à escrava a culpa pelo desejo sexual sentido pelo seu senhor. Ela não era considerada a vítima, e sim, a autora do seu próprio destino, não se levava em consideração à violência física e sexual pelos quais ela passava.

Em Clara dos Anjos temos um rico campo para um estudo do papel da mulher negra e da mulher suburbana na sociedade e na literatura brasileira. O que nos possibilita analisar os conceitos norteadores do comportamento feminino, como por exemplo, a importância da honra no período em questão. A

honra feminina constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, pois a virtude das mulheres virgens está associada à ausência do homem e a qualidade moral da mulher casada é assegurada pela presença masculina.

Kate Millett (1997: 215), analisa a forma como a interiorização da ideologia patriarcal, manifestada principalmente pelos costumes e pela religião, privou a liberdade sexual da mulher, exercendo o controle biológico do corpo feminino, através do culto a virgindade e da criação de um padrão duplo de comportamento ou de uma dupla moral sexual: uma para os homens e outra para as mulheres: "A vigilância contínua que sobre elas se exerce tende a perpetuar o caráter infantil das mulheres mesmo em situação de educação superior. A mulher é continuamente obrigada a procurar a sobrevivência ou o progresso através da aprovação dos homens que detém o poder."

A consequência mais grave do conceito de honra atrelado ao domínio masculino é o desconhecimento que a mulher passou a ter do próprio corpo, fomentando sentimentos castradores: culpa, vergonha, impureza: "A identidade sexual e social da mulher através de tais informações molda-se para atender a um sistema de dominação familiar e social. O medo, a insegurança, a vergonha, por sua vez, extravasam do sexual para atuação no social, num sistema de realimentação constante." (SOIHET, 1997: 390) A construção desse conceito possui um forte apelo político, como podemos observar no processo de reurbanização do Rio de Janeiro, no qual o comportamento refinado e elegante das mulheres da elite - que representavam a classe que detinha o poder - era estimulado e admirado, em contraponto, ao comportamento livre nos modos e nas atitudes das mulheres das classe

populares que era castrado e vigiado.

Os homens eram incentivados a exercitar sua sexualidade, enquanto as mulheres eram proibidas de qualquer avanço nessa área, devendo reprimir desejos de conotação sexual. Nesse contexto, a situação das mulheres solteiras que perdiam a virgindade era devastadora. A pureza era valorizada e exigida e a criação de pólos: a “mulher-mãe virgem” e a “mulher-mãe perdida” aumenta a discriminação contra aquelas que destoem do padrão aprovado pelas instituições: “[...] rapariga-mãe, ou seja, rapariga perdida, aquela que conheceu o sexo fora do casamento, [...] todas aquelas que conhecem a sexualidade extra-contratualmente.” (HEINICH, 1998: 259)

Através dos seus narradores, Lima Barreto diversas vezes criticou o sistema social/educativo no qual as mães se espelhavam para educar as suas filhas. O narrador de Clara dos Anjos chama a atenção para o referido problema observando como a forma de Engrácia educar Clara - cercada de cuidados e mimos - irá afetar negativamente o futuro da jovem, pois a falta de experiência de vida impede que a filha não tenha discernimento para avaliar o caráter de homens como Cassi Jones:

Essa reclusão e, mais do que isso, a constante vigilância com que sua mãe seguia os seus passos, longe de fazê-la fugir aos perigos a que estava exposta a sua honestidade de donzela, já pela sua condição, já pela sua cor, fustigava-lhe a curiosidade em descobrir a razão do procedimento da sua mãe.

[...]

Engrácia, cujos cuidados maternos eram louváveis e meritórios, era incapaz do que é verdadeiramente educação. Ela não sabia apontar, comentar exemplos e fatos, que iluminassem a consciência da filha e reforçassem-lhe o caráter, de forma que ela mesma pudesse resistir aos perigos que corria.

[...]

Enganava-se com a eficiência dela; porque, reclusa, sem convivência, sem relações, a filha não podia adquirir uma pequena experiência da vida e notícia das

abjeções de que está cheia, como também a sua pequenina alma de mulher, por demais comprimida, havia de se extravasar em sonhos, em sonhos de amor, de um amor extra-real, com estranhas reações físicas e psíquicas. (CA, 1996: 44-45)

Entretanto, se observamos o contexto da época, é possível entender o comportamento de Engrácia, pois sendo uma mulher negra ela sabia muito bem o triste destino das moças que se deixavam seduzir antes do casamento: “Levava sempre a filha e não a largava de a vigiar. Tinha um enorme temor que sua filha errasse, se perdesse...” (CA, 1996: 44). Vale salientar que nesse período a vida em família voltava-se, principalmente para as camadas mais privilegiadas da população. As jovens dos segmentos populares: negras, mestiças e até mesmo as jovens brancas, eram menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade, que ao lado das dificuldades oriundas da classe social e da raça contrapunha-se ao ideal de virgindade. No seguinte trecho, há um exemplo do amargo fim das vítimas de Cassi Jones, pois na sua maioria moças pobres e negras não encontravam muitas oportunidades depois de “desonradas” e buscavam nas ruas uma forma de sobrevivência:

Cassi Jones ia atravessando aquele bairro singular e escuro, quando, do fundo de uma tasca, lhe gritaram:

- Olá! Olá! “Seu” Cassi! O’ “Seu” Cassi!

Insensivelmente, ele parou, para verificar quem o chamava. De dentro da taverna, com passo apressado, veio ao seu encontro uma negra suja, carapinha desgrenhada, com um caco de pente atravessado no alto da cabeça, calçando umas remendadas chinelas de tapete. Estava meio embriagada. Cassi espantou-se com aquele conhecimento; fazendo um ar de contrariedade, perguntou amuado:

- Que é que você quer?

A negra bamboleando, pôs as mãos nas cadeiras e fez com olhar de desafio:

- Então, você não me conhece mais, seu “canaia”? Então você não “si” lembra da I nês, aquela crioulinha que sua mãe criou e você...

Lembrou-se, então, Cassi, de quem se tratava. Era a sua primeira vítima, que

sua mãe, sem nenhuma consideração, tinha expulsado de casa em adiantado estado de gravidez. Reconhecendo-a e se lembrando disso, Cassi quis fugir. A rapariga pegou-o pelo braço:

[...]

Um negro esguio, de olhar afoito, com um ar decidido de capoeira, interveio:

- Mas, I nês, quem é afinal esse moço?

- É o "home qui mi" fez mal; que mi desonrou, "mi pois" nesta "disgraça". (CA, 1996: 91)
(grifo nosso)

A crítica sobre a educação recebida pelas mulheres cujo preparo voltava-se unicamente para o casamento também está presente no romance Triste fim de Policarpo Quaresma no qual a personagem Ismênia representa as jovens sem experiência de vida que acreditavam ser o matrimônio o único destino de uma mulher:

Noiva havia quase cinco anos, Ismênia já se sentia meio casada. Esse sentimento junto à sua natureza pobre fê-la não sentir um pouco mais de alegria. Ficou no mesmo. Casar, para ela, não era negócio de paixão, nem se inseria no sentimento ou nos sentidos; era uma idéia, uma pura idéia. Aquela sua inteligência rudimentar tinha separado da idéia de casar o amor, o prazer dos sentidos, uma tal ou qual liberdade, a maternidade, até o noivo. Desde menina, ouvia a mamãe dizer: "Aprenda a fazer isso, porque quando você se casar"... ou senão: "Você precisa aprender a pregar botões, porque quando você se casar..."

A todo instante e a toda hora, lá vinha aquele - "porque, quando você se casar..." - e a menina foi se convencendo de que toda a existência só tendia para o casamento. A instrução, as satisfações íntimas, a alegria, tudo isso era inútil; a vida se resumia numa coisa: casar.

De resto, não era só dentro de sua família que ela encontrava aquela preocupação. No colégio, na rua, em casa das famílias conhecidas, só se falava em casar. "Sabe, Dona Maricota, a Lili casou-se, não fez grande negócio, pois parece que o noivo não é lá grande coisa"; ou então: "A Zezé está doida para arranjar casamento, mas é tão feia, meu Deus!..." (TFPQ, 1997: 41) (grifos nossos)

Em Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, o personagem-título reflete sarcasticamente sobre a importância social da costureira. Gonzaga reconhece essa figura como um agente de inestimável grandeza, sobretudo para as camadas mais influentes da sociedade: "Para verificar quanto a ação desses

pálidos infusórios da sociedade é benéfica, alta e fecunda, basta supor por um instante todas as grandes damas dos *upper ten thousands*, mal vestidas, simplesmente “ajambradas” ou nuas. Reduzida ao mínimo ou a nada, a sua beleza obumbrante, por inferência iríamos examinar os fundamentos da grandeza dirigentes de seus maridos e pais.” (VMGS, 1997: 41-42) Para o personagem, a habilidade da costureira em conhecer os adereços, as rendas, as sedas e os chapéus, lhe atribuía o poder de realizar, através de um vestido, o sonho de jovens que ansiavam com o casamento:

[...] pode parecer que naquela procura de fazendas, de rendas, naquele ajustamento torturado de pano às carnes, há o anseio de um ideal de plástica superior, etérea, imponderável, acima da grosseria dos nossos corpos terrestres; que há em tudo aquilo alguma coisa de desinteressado, de espontâneo, dela para ela; mas, qual! Sabes para que aquilo tudo?

- Para quê?

- Para arranjar um casamento, quatro filhos e criar um cavador a mais, malcriado, feroz e exigente. Ignóbil! Algumas, ainda por cima, aprendem violino...

Foi então que me arrependi de ter mal julgado o meu excelente e arguto amigo. Ele não parava nos detalhes; talvez mesmo não soubesse o que era *voile*, nanzuque, escocês, sutache, e outras sabenças de costureira; mas atingira a lei básica, a filosofia primeira do vestuário feminino e - quem sabe? - masculino. (VMGS, 1997: 42-43)

No conto Lívia, Lima Barreto, através da personagem-título mostra como o casamento era uma preocupação constante das jovens daquele período - ainda mais para as moças das classes baixas - que viam no matrimônio a única forma de libertar-se do julgo familiar; e para os pais, uma maneira de livrar-se das responsabilidades que uma filha solteira representava:

E desde quando vinha ela querendo aquilo? Havia muitos anos; havia dez talvez. Desde os doze que namorava, que “grelava” só para aquele fim; entretanto, apesar de haver tido mais de quinze namorados, ainda ali ficava, sob o mando do cunhado.

Quinze namorados!

Quinze! De que lhe serviram? [...] como casar-se? Por consequência, como viver? A sua própria mãe não lhe aconselhava? Não lhe dizia: “Filha, anda com isso; preciso ver esta letra vencida”? (Lívia. In: HS, 1999: 107) (grifo nosso)

Palavras do vocabulário comercial servem como metáforas para confirmar a idéia da mulher como mercadoria podendo ser vendida ou trocada. Ao “vencer a letra”, os pais passam ao futuro genro todas as obrigações que possuem, livrando-se das “despesas” por ter uma filha solteira em casa. Em Triste fim de Policarpo Quaresma também há uma referência como a grifada acima quando o General Albernaz tem uma de suas filhas pedida em casamento: “Enfim – dizia Albernaz à mulher, na noite do pedido, quando já recolhidos – a coisa vai acabar. Felizmente, respondia-lhe Dona Maricota, vamos descontar esta letra.” (TFPO, 1997, 42) (grifo nosso)

O tratamento comercial destinado às mulheres foi estudado por Gayle Rubin. No seu artigo *O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo*, Rubin usa como ponto de partida a obra As Estruturas Elementares do Parentesco, de Levi-Strauss, para analisar nas relações de parentesco as origens da opressão feminina. Segundo a citada autora, o parentesco é uma organização e como tal implica poder. Esse poder encontra-se nas mãos dos homens que usam a mulher como um condutor e não como parceira, pois a mesma é tida como um objeto de transação. A troca de mulheres distingue o presente (mulher) e quem presenteia (o pai ou responsável) e apenas entre os parceiros haverá as relações sociais que vão garantir a efetuação da troca, não sendo permitido às mulheres participar da transação que envolve o destino das suas próprias vidas. (c.f.: RUBIN, 1993: 09)

No trecho grifado do conto de Lima Barreto, percebemos a presença dessa relação de troca. É importante ressaltar que essa “troca”

apresenta-se com uma nova roupagem e se os pais das famílias de baixa renda casavam suas filhas para livrar-se das despesas e obrigações morais que a situação exigia, os pais das famílias ricas viam no casamento a possibilidade de efetivar uma “relação de troca” com a família que recebesse sua filha, já que havia vários interesses políticos e econômicos em jogo. O matrimônio era visto a partir desta perspectiva: uma transação econômica que traria lucros para ambas as famílias.

Certamente não é difícil encontrar exemplos etnográficos e históricos do tráfico de mulheres. As mulheres são dadas em casamento, ganhas nas batalhas, trocadas por favores, enviadas como tributo, comercializadas, compradas e vendidas. Longe de serem confinadas ao mundo “primitivo”, estas práticas parecem apenas tornar-se mais afirmadas e comercializadas nas sociedades mais “civilizadas”. [...] E se os homens têm sido sujeitos sexuais – trocadores – e as mulheres semi-objetos sexuais – presentes – durante a maior parte da história humana, então muitos costumes, clichês e traços de personalidade parecem ter sentido (entre outros, o curioso costume pelo qual o pai entrega a noiva). (RUBIN, 1993: 10)

Segundo Gayle Rubin, o sistema de parentesco trata de produção, pois há modelação e transformação de objetos, além de possuir suas próprias relações de distribuição e troca, nas quais as pessoas são tidas como propriedade e tratadas como integrantes de uma transação comercial. A estudiosa, analisando a cerimônia de casamento, encontra nos presentes e no ritual em si uma fecunda fonte de informação que determina a posição, o poder e o direito de cada pessoa. Vale salientar que Livia ao ter tantos namorados, na esperança de que algum deles a livrasse da exploração sofrida em casa: “Obedecendo ao chamado de sua mãe, Livia foi mais uma vez retomar a dura tarefa, da qual, ao

seu julgar, só um casamento havia de livrá-la para sempre, eternamente..." (Lívia. In: HS, 1999: 108), corria o risco de se envolver com um tipo como Cassi Jones e conseqüentemente ter o mesmo destino de Clara dos Anjos.

Um levava-lhe beijos, outro abraços, outro uma e outra cousa; e sempre esperando casar-se, isto é, libertar-se ela ia languidamente, passivamente deixando. Passavam um, dous meses, e os namorados iam-se sem causa. Era feio, diziam; mas que fazer? (Lívia. In: HS, 1999: 107)

As vítimas do cantador de modinhas Cassi Jones enquadravam-se dentro de um perfil como o de Lívia e Clara, moças sonhadoras que sem experiência tornavam-se o alvo favorito deste tipo de homem. No início de Clara dos Anjos, o narrador traça um perfil deste personagem, descrevendo-o como um homem de menos de trinta anos, branco, sardento e insignificante de rosto e corpo, o narrador também mostra a forma como ele escolhia e atacava as suas vítimas, tratando-as como um animal a ser caçado:

Escolhia bem a vítima, simulava amor, escrevia detestavelmente cartas langorosas, fingia sofrer, empregava, enfim, todo o arsenal do amor antigo, que impressiona tanto a fraqueza de coração das pobres moças daquelas paragens, nas quais a pobreza, a estreiteza de inteligência e a reduzida instrução concentram a esperança de felicidade num Amor, num grande e eterno Amor, na Paixão correspondida.

Sem ser psicólogo nem cousa parecida, inconscientemente, Cassi Jones sabia aproveitar o terreno propício desse mórbido estado d'alma de suas vítimas, para consumir os seus horripilantes e covardes crimes; e, quase sempre, o violão e a modinha eram seus cúmplices... (CA, 1996:31)

Não eram apenas as jovens solteiras as principais vítimas de sedutores, muitas mulheres casadas também eram, e assim como as outras, abandonadas quando o sedutor conseguia o seu objetivo. A transcrição de

cartas retiradas do diário de Lima Barreto mostra como agiam esses rapazes. Nelas percebemos a semelhança das estratégias de sedução com a de Cassi Jones, encontrando-se também os mesmos erros de português cometidos pelo personagem do romance e que assinalamos em itálico:

O autor destas cartas, segundo os jornais, deflorou onze moças e seduziu uma porção de senhoras:

"Querida Doquinha.

Recebi a tua *amavel* cartinha na qual *pedis-me* que eu não me dedique a outra mulher e que não me esqueça de ti, *conserteza estaes convecida* que a amizade que eu tenho-te é igual a que me tens, *poriço* é que tens desconfiança em mim; enfim eu perdôo porque quem ama deve ter *sciumes* e desconfiança.

Doquinha eu juro-te por mais de uma vez que sou teu enquanto *quizeres*, por tua causa eu soffro tudo que for possível, e ao mesmo tempo peço-te que tudo quanto que *suberes* a nosso respeito escreve para meu governo, e quando *quizeres* falar-me pessoalmente escreve que cumprirei como se fosse uma ordem.

Estimo as tuas melhoras.

Teu do coração *Assis*."

"Queridinha *confeço-te* que *hontem* quando recebi a tua carta fiquei tão louco que *confecei* a mamãe que lhe amava loucamente e fazia por você *as maiores violência* ficaram todos contra mim, e a razão porque *privino-te* que não ligués ao que lhe disserem, por isso peço-te que *peze* bem o meu sofrimento e escreva-me dizendo o que passou-se durante as últimas vinte e quatro horas, e peço-te perdão de não ter respondido a mais tempo *e divido* a falta de tempo.

Pense bem e veja se *estaes* resolvida a fazer o que me *dizeste* na tua *amavel* cartinha, responde-me com a maior *urgencia* sim.

Saudades e mais saudades deste infeliz que tanto lhe adora e não é correspondido.

Assis. 17-6-911.

Quando acabar de ler faz o que eu fiz com a sua, rasga e queima.

Adeus - *Assis*."

"*Indolatrada* Doquinha. Saudades.

Tive *immensa* satisfação quando a vi hoje pela manhã quando passei no trem estavas sentada na *meza* e agora *as 7* horas da noite a ver-te perto da *salla* de jantar, *porisso* peço a minha ingrata que faça o possível de falar comigo hoje, não é preciso *pullar* a janela é bastante abri-la que eu vou falar com você, espera-me a hora do costume isto é, se você não estiver com raiva de mim, podes ficar crente que tão de pressa soube que estavas de *camma* fui ao Dr. Roma Santos saber o que você tinha feito a loucura de

molhar os *peis* na *agua* fria, pois que você estava com *inregularidade* no *incomudo*, foi para mim uma grande tristeza em saber que o Dr. Roma Santos sabe de teus particulares moral; enfim que eu devo fazer se você não quer ser minha inteiramente minha como eu sou teu.

Doquinha faz o *possivel* de não faltar porque eu tenho grande novidade a contar-te.

Teu teu do coração

A [...] de *Assís*." (LSF, 1993: 113)

A historiadora Martha de Abreu Esteves ressalta que na formação da inocência de um homem e culpa de uma mulher num processo de defloração; os primeiros eram julgados pelo seu trabalho, enquanto as mulheres pela sua conduta moral. Já era suficiente ter uma ocupação para que eles conseguissem ser absolvidos deste tipo de processo: "Testemunhas que recitassem essas qualidades dos acusados, jurando que eles não eram capazes de deflorar ou estuprar uma moça, tornavam-se uma grande arma de defesa. Melhor ainda se patrões atestassem o bom comportamento." (1989: 79) Através do narrador do romance, veremos que Cassi Jones, assim como os homens nos casos estudados pela historiadora citada, também recorria aos mesmos argumentos para não ser punido:

[...] o Senhor Cassi Jones, de tão pouca idade, relativamente, contava perto de dez defloramentos e a sedução de maior número de senhoras casadas.

Todas essas proezas eram quase sempre seguidas de escândalo, nos jornais, nas delegacias, nas pretorias; mas ele, pela boca dos seus advogados, injuriando as suas vítimas, empregando os mais ignóbeis meios da prova de sua inocência, no ato incriminado, conseguia livrar-se do casamento forçado ou de alguns anos de correção.

Quando a polícia ou os responsáveis pelas vítimas, pais, irmãos, tutores, punham-se em campo para processá-lo convenientemente, ele corria à mãe, Dona Salustiana, chorando e jurando a sua inocência, asseverando que a tal fulana - qualquer das vítimas - já estava perdida, por esse ou por aquele; que fora uma cilada que lhe armaram, para encobrir um mal feito por outrem, e por o saberem de boa família, etc.,etc. (CA, 1996: 22-23)

Martha de Abreu Esteves, também enfatiza o grande número de namorados brancos e namoradas de “cor” envolvidos nesses processos de defloramentos. Para ela, este fenômeno ocorria devido à dificuldade dos rapazes brancos dos segmentos menos elevados em conseguir namorar moças brancas de uma classe mais favorecida, sendo assim, namoravam moças negras e mulatas e delas abusavam.

O estereótipo criado na sociedade escravagista se solidificou com o passar do tempo e Lima Barreto continuamente apontava a exploração e difamação sofrida pelas mulheres negras e mulatas. No conto Cló, o autor mostra a personagem-título fantasiada de preta mina para seduzir um homem casado:

Dona Isabel acompanhou; e a moça, pondo tudo o que havia de sedução na sua voz, nos seus olhos pequenos e castanhos, cantou a “Canção da Preta Mina”:

Pimenta de cheiro, jiló, quilombô;
Eu vendo barato, mi compra ioiô!

Ao acabar, era com prazer especial, cheia de dengues nos olhos e na voz, com um longo gozo íntimo que ela, sacudindo as ancas e pondo as mãos dobradas pelas costas na cintura, curvava-se para o doutor André e dizia vagamente:

Mi compra ioiô!

E repetia com volúpia, ainda uma vez:

Mi compra ioiô! (Cló. In: HS, 1999: 59-60) (grifos nossos)

No conto O especialista, o autor mostra que o envolvimento licencioso e contumaz de homens brancos com mulheres negras poderia trazer conseqüências trágicas no futuro, como no caso do comendador português que

tinha uma predileção toda especial pelas mulatas, e sem saber passa a ter um romance com sua própria filha, fruto de um envolvimento com uma mulher negra:

Gostava de mulheres de cor e as preparava com o afinco e ardor de um amador de raridades.

À noite, pelas praças mal iluminadas, andava catando-as, joeirando-as com olhos chispantes de lubricidade e, por vezes mesmo, se atrevia a seguir qualquer mais airosa pelas ruas de baixa prostituição.

- A mulata, dizia ele, é a canela, é o cravo, é a pimenta; é, enfim, a especiaria de requieime acre e capitoso que nós, os portugueses, desde Vasco da Gama, andamos a buscar, a procurar.

[...]

- Não sei bem como foi, retrucou ela. Minha mãe me contava que ela era honesta; que vivia na cidade do Cabo com seus pais, de cuja companhia fora seduzida por um caixeiro português que lá aparecera e com quem veio para o Recife. Nasci deles e dous meses, ou mais depois do meu nascimento, meu pai fora ao Cabo liquidar a herança (um sítio, uma vaca, um cavalo) que coubera à minha mãe por morte de seus pais. Vindo receber a herança, partiu dias depois para aqui e nunca mais ela soube notícias dele, nem do dinheiro, que, vendido ou herdado, lhe ficara dos meus avós.

- Como se chamava teu pai? indagou o comendador com estranho entono.

[...]

- Você nunca mais soube alguma cousa... qualquer cousa? Hein?

- Nada... Que me lembre, nada ... Ah! Espere... Foi... É. Sim! Seis meses antes da morte da minha mãe, ouvi dizer em casa, não sei por quem, que ele estava no Rio implicado num caso de moeda falsa. É o que me lembra, disse ela.

- O que? Quando foi isso? indagou pressuroso o comendador.

A mulata, que ainda não se havia bem apercebido do estado do comendador, respondeu ingenuamente:

- Mamãe morreu em setembro de 1893, por ocasião da revolta... ouvi contar essa história em fevereiro. É isso.

[...]

- Meus Deus! É minha filha! (O especialista. In: CA, 1996: 106; 111)

Os trechos dos contos citados comprovam que a figura da mulata foi delineada a partir de aspectos negativos da sua caracterização e esse estereótipo surgido no período da escravidão perpetuou-se mesmo com a libertação dos escravos. No conto O especialista, a descrição da mulata pelo

comendador português atesta a visão do homem branco em relação a essa figura feminina, pois a sua representação “é direta e intensamente associada às suas características étnicas, tomadas como indicação de seu caráter”. (QUEIRÓS JÚNIOR, 1975: 30) Os recursos estéticos atribuídos à mulata (braços e pernas bem torneadas, cintura fina, busto insinuante, boca sensual, dentes perfeitos, etc.) confrontam-se à representação da “negra” presa aos serviços pesados e à mulher branca da elite que era preservada pela moral e pelas leis para as funções “mais nobres” de esposa e mãe de família.

Nos estudos iniciais de Clara dos Anjos Lima Barreto escolhe 13 de maio para ser o dia no qual Clara seria deflorada.

Clara.
 Nasceu 1868.
 Morte do pai 1887.
 Deflorada 1888.
 Dá à luz 1889.
 Deixada 1892.
 Casada 1894.
 Viúva 1899.
 Amigada de novo..... 1900.

[...]

A sedução de Clara passara-se no dia 13 de maio. (LSF, 1993: 32) (grifo nosso)

Essa data não faz parte da versão definitiva do romance, todavia acreditamos que a intenção do autor ao escolher o dia da Abolição dos Escravos, como recurso irônico, seria uma contundente denúncia, pois nos faz concluir que meninas como Clara estariam fadadas a permanecerem escravas de uma sociedade racista que continuamente tratava as mulheres negras e mulatas da mesma forma como eram na senzala: meros objetos sexuais, sem merecimento de receber qualquer forma de respeito.

A angústia da personagem quando percebe haver perdido o único

bem para uma moça da sua condição racial e social: “ele a tomou para si, tomou a única riqueza, perdendo-a para toda a vida e vexando-a, daí em diante, perante todos, sem esperança de reabilitação.” (CA, 1996: 95) (grifo nosso) comprova os limites de uma sociedade alicerçada sobre a hierarquia da cor e do dinheiro. Para jovens educadas na esperança de obter um bom casamento, como Clara, a “perda” da virgindade seria de fato algo irreparável, principalmente para as moças de sua condição social e racial. Não conseguir realizar esse objetivo – o bom casamento- significava ter o mesmo destino de outras meninas perdidas. Por isso, o desespero na sua voz quando profere a frase final do romance:

Num dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero:

- Mamãe! Mamãe!
- Que é minha filha?
- Nós não somos nada nesta vida. (CA, 1996: 105) (grifo nosso)

A frase grifada não representa apenas o desespero de uma jovem abandonada pelo seu sedutor. Nessa declaração outros significados estão ocultos. Lima Barreto, de forma extraordinária, mostra como o universo conduzido pelo branco fechava as portas para a população negra, não lhe permitindo participar da sociedade da forma igualitária com os brancos. E mesmo quando se comportavam tão “bem”, como Clara dos Anjos, os direitos continuavam sendo negados. Em relação às mulheres negras, o preconceito acentuava-se de forma mais contundente, pois à sua condição de gênero era somada a cor da pele. O triste destino que esperava as jovens seduzidas e abandonadas apenas confirma, irredutivelmente, a exclusão imposta pela sociedade dominante e a denuncia feita por Lima Barreto.

CONCLUSÕES

Lima Barreto, curiosamente, autoproclama-se antifeminista. Entretanto, a análise da sua obra comprova que a sua postura antifeminista dirige-se a um tipo especial de feminismo, denominado por ele de “feminismo burocrata”^{*} que reivindica melhorias para mulheres privilegiadas, desconhecedoras da dimensão do trabalho e das privações de mulheres das camadas mais baixas da sociedade: “Nunca neguei capacidade alguma na mulher. O meu antifeminismo não parte do postulado da incapacidade da mulher, para isso ou para aquilo; é baseado em outros motivos, mais de ordem social do que mesmo de natureza filosófica ou psicológica.” (Carta Aberta. In: MARG, 1961, 133 apud, CURY, 1981: 64) (grifo nosso)

^{*} Essa expressão encontra-se na crônica “A poliantéia das burocratas” que integra a obra Coisas do Reino do Jambom.

Essa citação confirma que o antifeminismo do autor não nega a capacidade da mulher. É uma crítica voltada a um segmento do feminismo que se fechava no seu universo social e que utilizava a política do favor e a corrupção governamental presentes no país para conseguir melhorias para as mulheres da elite. Para Lima Barreto, este tipo de feminismo classista e elitista negava a inteligência criativa da mulher tornando-a uma simples reprodutora de idéias. As suas críticas também apontavam o descaso que esses grupos feministas tinham com as mulheres excluídas da sociedade: a negra, a prostituta, a lavadeira, a suburbana e com a questão da violência sofrida pela mulher: "... engraçadas feministas do Brasil, gênero professora Daltro, que querem a emancipação da mulher unicamente para exercer sinecuras do governo e rendosos cargos políticos; mas que, quando se trata desse absurdo costume de perdoar os maridos assassinos de suas mulheres, por isso ou aquilo, nada dizem e ficam na moita." (Mais uma vez. In: BAG, 2002: 17)

Mesmo considerando-se "antifeminista", Lima Barreto levantou questões ousadas para a época sobre os direitos femininos: o trabalho não reconhecido das donas de casa; a exploração sofrida pelas operárias; a educação recebida pelas mulheres – preparadas apenas para o casamento – não as capacitando para serem independentes de seus maridos. Sobre o casamento o autor reserva sua crítica mais aguda, surpreendendo pela análise perspicaz do papel desempenhado pela mulher nesta instituição, denunciando a posição de inferioridade na qual ela é colocada, além de ser usada pelo marido como um meio de ascensão social como tão bem fez em Numa e a Ninfa.

Diante disso, pode-se perceber que a crítica feita por Lima Barreto não é direcionada às mulheres, e sim, ao feminismo descrito acima. E

por isso, considerá-lo misógino é injusto, principalmente se for levado em conta o seu contexto histórico-social. O engajamento social do autor evidencia a sua coragem em produzir uma obra literária que corre na contramão da produção literária da sua época, e até mesmo nos dias de hoje, pela ousadia da sua contundência.

Encontramos entre as suas personagens femininas, uma grande variedade de tipos: sonhadoras, sensuais, perspicazes, mulatas, negras, prostitutas, mulheres casadas fiéis e infiéis. O mais tocante dessas mulheres ficcionais (Clara, Edgarda, Olga, Laura, Gabriela, Anita, Cló, Alzira, Lívia, Ismênia, Alice, Engrácia...) é o grau de complexidade e o realismo atribuído às mesmas tornando-as não apenas caricaturas de uma época, e sim, personagens marcantes e imortais como tanto outros produzidos pelo autor.

ANEXO 1 - TÍTULOS II - DOS EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO (EXTRAÍDOS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 1916)

TÍTULOS II - DOS EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO

Capítulo - I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 229. Criando a família legítima, o casamento legitima os filhos comuns, antes dele nascidos ou concebidos (arts. 352 e 354).

Art. 230. O regime dos bens entre cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento, e é irrevogável.

Art. 231. São deveres de ambos os cônjuges:

I - fidelidade recíproca;

II - vida em comum, no domicílio conjugal (arts. 233, IV, e 234);

III - mútua assistência;

IV - sustento, guarda e educação dos filhos.

Art. 232. Quando o casamento for anulado por culpa de um dos cônjuges, este incorrerá:

I - na perda de todas as vantagens havidas do cônjuge inocente;

II - na obrigação de cumprir promessas, que lhe fez, no contrato antenupcial (arts. 256 e 312)

Capítulo II - DOS DIREITOS E DEVERES DO MARI DO

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251)

Compete-lhe:

I - a representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, I, c, 274, I, e 311);

III - o direito de fixar o domicílio da família, ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao juiz, no caso de deliberação que a prejudique;

IV - prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos art. 275 e

277.

Art. 234. A obrigação de sustentar a mulher cessa para o marido, quando ela abandona sem justo motivo a habitação conjugal, e a esta recusa voltar. Neste caso, o juiz pode, segundo as circunstâncias, ordenar, em proveito do marido e dos filhos, o seqüestro temporário de parte dos rendimentos particulares da mulher.

Art. 235. O marido não pode, sem consentimento da mulher, qualquer que seja o regime de bens:

I - alienar, hipotecar ou gravar de ônus real os bens imóveis, ou direitos reais sobre imóveis alheios (arts. 178, § 9º, I, a, 237, 276 e 293);

II - pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens e direitos;

III - prestar fiança (arts. 178, § 9º, I, b, e 263, X);

IV - fazer doação, não sendo remuneratória ou de pequeno valor, com os bens ou rendimentos comuns (art. 178, § 9º, I, b).

Art. 236. Valerão, porém, os dotes ou doações nupciais feitas às filhas e as doações feitas aos filhos por ocasião de se casarem, ou estabelecerem economia separada (art. 313)

Art. 237. Cabe ao juiz suprir a outorga da mulher, quando esta a denegue sem motivo justo, ou lhe seja impossível dá-la (arts. 235, 238 e 239).

Art. 238. O suprimento judicial da outorga autoriza o ato do marido, mas não obriga os bens próprios da mulher (arts. 247, parágrafo único, 269, 274 e 275).

Art. 239. Anulação dos atos do marido praticados sem outorga da mulher, ou sem o suprimento do juiz, só poderá ser demandada por ela, os seus herdeiros (art. 178, § 9º, I, a, e II).

Capítulo III - DOS DIREITOS E DEVERES DA MULHER

Art. 240. A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.

Parágrafo único. A mulher poderá acrescentar aos seus os apelidos do marido.

Art. 241. Se o regime de bens não for o da comunhão universal, o marido recobrará da mulher as despesas, que com a defesa dos bens e direitos particulares desta houver feito.

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

I - praticar os atos que este não poderia sem consentimento da mulher (art. 235);

II - alienar ou gravar de ônus real os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (art. 263, II, III e VIII, 269, 275 e 310);

III - alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV - contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal.

Art. 243. A autorização do marido pode ser geral ou especial, mas deve de instrumento público ou particular previamente autenticado.

Art. 244. Esta autorização é revogável a todo o tempo, respeitados os direitos de terceiros e os defeitos necessários dos atos iniciados.

Art. 245. A autorização marital pode surprir-se judicialmente:

I - nos casos do art. 242, I a V;

II - nos casos do art. 242, VII e VIII, se o marido não ministrar os meios de subsistência à mulher e aos filhos.

Parágrafo único. O suprimento judicial da autorização valida os atos da mulher mas não obriga os bens próprios do marido.

Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido, terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e à sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido e os bens com ele adquiridos constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte do art. 240 e nos ns. II e III do art. 242.

Parágrafo único. Não responde, o produto do trabalho da mulher, nem os bens a que se refere este artigo, pelas dívidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família.

Art. 247. Presume-se a mulher autorizada pelo marido:

I - para a compra, ainda a crédito, das coisas necessárias à economia doméstica;

II - para obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição dessas coisas possam exigir;

III - para contrair as obrigações concernentes à indústria, ou profissão que exercer com autorização do marido, ou suprimento do juiz;

Parágrafo único. Considerar-se-á sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupar cargo público, ou, por mais de 6(seis) meses, se entregar a profissão exercida fora do lar conjugal.

Art. 248. A mulher casada pode livremente:

I - exercer o direito que lhe competir sobre as pessoas e os bens dos filhos do leito anterior (art. 393).

II - desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal que o marido tenha gravado

ou alienado sem sua outorga ou suprimento do juiz (art. 235, I).

III - anular as fianças ou doações feitas pelo marido com infração do disposto nos ns. III e IV do art. 235.

IV - reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo marido à concubina (art. 1.177).

Parágrafo único. Este direito prevalece, esteja ou não a mulher em companhia do marido, e ainda que a doação se dissimule em venda ou outro contrato.

V - dispor dos bens adquiridos na conformidade do número anterior e de quaisquer outros que possua, livres da administração do marido, não sendo imóveis.

VI - promover os meios assecuratórios e as ações que, em razão do dote ou de outros bens seus sujeitos à administração do marido, contra este lhe competirem.

VII - praticar quaisquer outros atos não vedados por lei.

VII - Propor a separação judicial e o divórcio.

Art. 249. As ações fundadas nos ns. II, III, IV, e VI do artigo antecedente competem à mulher e aos seus herdeiros.

Art. 250. Salvo o caso do nº IV do art. 248, fica ao terceiro, prejudicado com a sentença favorável à mulher, o direito regressivo contra o marido ou seus herdeiros.

Art. 251. A mulher compete a direção e administração do casal quando o marido:

I - estiver em lugar remoto, ou não sabido;

II - estiver em cárcere por mais de 2 (dois) anos;

III - for judicialmente declarado interdito.

Parágrafo único. Nestes casos, cabe à mulher:

I – administrar os bens comuns;

II – dispor dos particulares e alienar os móveis comuns e os do marido;

III – administrar os do marido;

IV – alienar os imóveis comuns e os do marido mediante autorização especial do juiz.

Art. 252. A falta não suprida pelo juiz, de autorização do marido, quando necessária (art. 242), invalidará o ato da mulher; podendo esta nulidade ser alegada pelo outro cônjuge, até 2 (dois) anos depois de terminada a sociedade conjugal.

Parágrafo único. A ratificação do marido, provada por instrumento público ou particular autenticado, revalida o ato.

Art. 253. Os atos da mulher autorizados pelo marido obrigam todos os bens do casal, se o regime matrimonial for o da comunhão, e somente os particulares dela, se outro for o regime e o marido não assumir conjuntamente a responsabilidade do ato.

Art. 254. Qualquer que seja o regime do casamento, os bens de ambos os cônjuges ficam obrigados igualmente pelos atos que a mulher praticar na conformidade do art. 247.

Art. 255. A anulação dos atos de um cônjuge, por falta da outorga indispensável do outro, imporá ficar o primeiro obrigado pela importância da vantagem que do ato anulado lhe haja advindo, a ele ao consorte ou ao casal.

Parágrafo único. Quando o cônjuge responsável pelo ato anulado não tiver bens particulares, que bastem, o dano aos terceiros de boa-fé se comporá pelos bens comuns, na razão do proveito que lucrar o casal.

ANEXO 2 - TÍTULO VIII - DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA HONRA E HONESTIDADE DAS FAMÍLIAS E DO ULTRAGE PÚBLICO AO PUDOR (EXTRAÍDO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1890)

TÍTULO VIII - DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA HONRA E HONESTIDADE DAS FAMÍLIAS E DO ULTRAGE PÚBLICO AO PUDOR

CAPÍTULO I - Da violência carnal

Art. 266. Attendar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Penas - de prisão celllular por um a seis annos.

Parapho único. Na mesma pena incorrerá aquelle que comrrromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.

Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude:

Penas - de prisão celllular por um a quatro annos.

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Penas - de prisão celllular por um a seis annos.

Parapho 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta:

Pena – de prisão cellula por seis mezes a dois annos.

Parapho 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte.

Art. 269. Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não.

Por violência entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral, os anesthesicos e narcóticos.

Capitulo II

Do rapto

Art. 270. Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viúva, attrahindo-a por seducção ou emboscada, ou obrigando-a por violência, não se verificando a satisfação dos gozos genesicos:

Parapho 2º Si ao rapto seguir-se defloramento ou estupro, o raptor incorrerá na pena correspondente a qualquer destes crimes, que houver cometido, com augmento da sexta parte.

Art. 271. Si o raptor, sem ter attentado contra o pudor e honestidade da

raptada, restituir-lhe a liberdade, reconduzindo-a á donde a tirou, ou collocando-a em lugar seguro e á disposição da família, soffrerá a pena cellular por seis mezes a um anno.

Parapho unico. Si não restituir-lhe a liberdade, ou recusar indicar o seu paradeiro:

*Pen*a – de prisão cellular por dois a doze annos.

Art. 272. Presume-se cometido com violência qualquer dos crimes especificados neste e no capitulo precedente, sempre que a pessoa offendida for menor de dezesseis annos.

Art. 273. As penas estabelecidas para qualquer destes crimes serão applicadas com augmento da sexta parte:

1º, si o criminoso for ministro de qualquer confissão religiosa;

2º, si for casado;

3º, si for criado, ou domestico da offendida, ou de pessoa de sua família.

E com o argumento da quarta parte:

4º, si for ascendente, irmão ou cunhado da pessoa offendida;

5º, si for tutor, curador, encarregado da sua educação ou guarda, ou por qualquer outro titulo tiver autoridade sobre ella.

Parapho único. Além da pena, e da interdicção em que incorrerá também, o ascendente perderá todos os direitos que a lei lhe confere sobre a pessoa e bens da offendida.

Art. 274. Nestes crimes haverá lugar o procedimento official de justiça somente nos seguintes casos:

1º, se a offendida for miseravel, ou asylada de algum estabelecimento de

caridade;

2º, se da violência carnal resultar morte, perigo de vida ou alteração grave da saúde da offendida;

3º, se o crime for perpetrado com abuso do pátrio poder, ou da autoridade do tutor, curador ou preceptor:

Art. 275. O direito de queixa privada prescreve findos seis mezes, contados do dia em que o crime fôr cometido.

Art. 276. Nos casos de defloramento, como nos de estupro de mulher honesta, a sentença, que condemnar o criminoso, o obrigará a dotar a offendida.

Parapho unico. Não haverá lugar imposição de pena, si seguir-se o casamento a aprazimento do representante legal da offendida, ou do juiz de orphãos, nos casos em que lhe compete dar ou supprir o consentimento da offendida, si fôr maior.

CAPITULO III

Do lenocínio

Art. 277. Exercitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos deshonestos ou paixões lascivas de outrem:

Pena – de prisão cellutar por um a dois annos.

Parapho único. Si este crime for commetido por ascendente em relação a descendente, por tutor, curador ou pessoa encarregada da educação ou guarda de algum menor com relação e este; pelo marido com relação á sua propria mulher:

Penas – de prisão celular por dois a quatro annos.

Além desta pena, e da interdicção em que incorrerão, se imporá mais:

Ao pai e mãe, a perda de todos os direitos que a lei lhe concede sobre a pessoa e bens do descendente protituido;

Ao tutor ou curador, a immediata destuição desse ônus;

A' pessoa encarregada de educação do menor, a privação do direito do menor, a privação do direito de ensinar, dirigir, ou ter parte em qualquer estabelecimento de instrucção e educação;

Ao marido, a perda do poder marital, tendo lugar a acção criminal, que prescreva em três mezes, por queixa contra elle dada somente pela mulher.

Art. 278. Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por intimidacção ou ameaças, a empregarem-se no trafico da prostituição: prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, directa ou indirectamente, lucros desta especulação:

Penas – de prisão celllar por um a dois annos e multa de 500\$ a 1:000\$000.

CAPITULO IV

Do adultério ou infidelidade conjugal

Art. 279. A mulher casada que commeter adultério será punida com a pena de prisão celllar por um a três annos.

Paragpho 1º Em igual pena incorrerá:

1º, o marido que tiver concubina teúda e manteúda;

2º, a concubina;

3º, o co-réu adúltero.

Parapho 2º A accusação deste crime é licita somente aos cônjuges, que ficarão privados do exercício desse direito, se, por qualquer modo, houveram consentido no adultério.

Art. 280. Contra o co-réu adúltero não serão admissíveis outras provas senão o flagrante delicto, e a resultante de documentos escriptos por elle.

Art. 281. A acção de adultério prescreve no fim de três mezes, contados da data do crime.

Parapho unico. O perdão de qualquer dos cônjuges, ou sua reconciliação, extingue todos os effeitos da accusação e condemnação.

CAPITULO V

Do ultrage publico ao pudor

Art. 282. Offender os bons costumes com exhibição impudicas, actos ou gestos obscenos, attentorios do pudor, praticados em lugar publico ou frequêntado pelo publico, e quem, sem offensa á honestidade individual da pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade:

Pena – de prisão cellular por um seis mezes.

TITULO IX

Dos crimes contra a segurança do estado civil

CAPITULO I

Da polygamia

Art. 283. Contrahir casamento mais de uma vez, sem estar o anterior dissolvido por sentença de nullidade, ou por morte do outro cônjuge:

Penas - de prisão cellulaar por um a seis annos.

Parapho único. Si a pessoa tiver prévio conhecimento de que é casado, aquelle, com quem contrahir casamento, incorrerá nas penas de cumplicidade.

CAPITULO II

Da celebração do casamento contra a lei

Art. 284. Celebrar o ministro de qualquer confissão as cerimoniaas religiosas do casamento, antes do acto civil:

Penas - de prisão celular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

ANEXO 3 - TITULO X - DO ABORTO (EXTRAÍDO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1890)

TITULO X

CAPITULO III

Do aborto

Art. 300. Provocar aborto, haja, ou não, a expulsão do fructo da concepção:

No primeiro caso: - pena de prisão cellualar por dois a seis annos.

No segundo caso: - pena de prisão cellualar por seis mezes a um anno.

Parapho 1º Si, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocal-o, seguir-se a morte da mulher:

Pena - de prisão cellualar por seis a vinte e quatro annos.

Parapho 2º Si o aborto for provocado por medico ou parteira legalmente habilitada para o exercicio da medicina:

Pena - a mesma precedentemente estabelecida, e a privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação.

Art. 301. Provocar aborto com annuencia e accordo da gestante:

Pena - de prisão cellualar por um a cinco annos.

Parapho unico. Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregando, para esse fim, os meios; e, com redução da terça parte, si o crime for commettido para occultar a deshonra propria.

Art. Si o medico, ou parteira, praticando o aborto legal, ou aborto necessário, para salvar a gestante da morte inevitavel, occasionar-lhe a morte por impericia ou negligencia:

Penas - de prisão celular por dois meses a dois anos, e privação do exercício da profissão por igual tempo ao da condenação.

BIBLIOGRAFIA

DO AUTOR

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Clara dos Anjos e outras histórias. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

_____. Numa e a Ninfa. Rio de Janeiro: Garnier, 1989.

_____. Recordações do escrivão Isaías Caminha. 7^a. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Triste fim de Policarpo Quaresma. 17^a. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá. São Paulo: Ática, 1997.

_____. História e Sonhos. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Os Bruzundangas. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Cinco Mulheres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Diário Íntimo - Fragmentos. 2^a ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

_____. Um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e

confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

_____. Crônicas - Lima Barreto. Disponível em:
<[http://www.biblio.com.br/Templates/Lima Barreto/cronicas/indice.htm](http://www.biblio.com.br/Templates/Lima_Barreto/cronicas/indice.htm)>.
Acesso em: 09 nov. 2002.

_____. Marginalia. São Paulo: Rio de Janeiro: Mérito, 1953.

_____. Impressões de Leitura. São Paulo: Rio de Janeiro: Mérito,
1953.

SOBRE O AUTOR

ANTÔNIO, João. Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BAER, Cristina; FELIX, Letícia de Andrade. *A importância de Lima Barreto na Literatura Brasileira*. Espaço, Rio de Janeiro, n. 7, p. 23-45, mar., 1983.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Lima Barreto e o romance moderno*. Cultura, Brasília, v. 10, n. 36, p. 57-60, abr/jun., 1983.

_____. A vida de Lima Barreto. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio,
1975.

CANDIDO, Antonio. *Os olhos, a barca e o espelho*. In:
_____. (Org.) Educação pela noite e outros ensaios. 2. ed. São

Paulo: Ática, 1989.

CHIARELLI, Tadeu. *Prefácio*. In: História e Sonhos. São Paulo: Ática, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O significado da obra de Lima Barreto em nossa literatura*. In: Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Um mulato no Reino do Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto. São Paulo: Cortez, 1981.

DIAS, Carmen Lydia de Souza. *Prefácio*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Triste fim de Policarpo Quaresma. 17^a. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *Prefácio*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Recordações do escrivão Isaías Caminha. 7^a. ed. São Paulo: Ática, 1997.

FACIOLI, Valentim. *Prefácio*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Os Bruzundangas. São Paulo: Ática, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Lima Barreto: a propósito do seu centenário*. Ciência e Trópico, Recife, v. 9, n. 1, jan./jun. 1981.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. Lima Barreto e o fim do sonho republicano. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

JAMBO, Arnaldo. *Lima Barreto e as suas relações com Pernambuco*. Revista do Arquivo Público, 1981.

JAGUARIBE, Beatriz. *A prosa do parnaso ao crepúsculo ...* In: _____. Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rocco: Artemídia, 1998.

_____. *Subjetividades urbanas em Pompéia, Machado e Lima Barreto*. In: _____ Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rocco: Artemídia, 1998.

_____. *Ruínas modernistas*. In: _____. Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rocco: Artemídia, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Clara dos Anjos e outras histórias. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LINS, Osman. Lima Barreto e o espaço romanesco. São Paulo: Ática, 1976.

MARTHA, Alice Áurea Penteado. *O AVESSE DO MITO EM Numa e a Ninfa*. Revista de Letras, São Paulo, v. 29, p. 103-115, 1989.

_____. *Policarpo Quaresma: a história carnavalizada*. Revista de Letras, São Paulo, v. 32, p. 119-125, 1992.

MICHELETTI, Guaraciaba. *Prefácio*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Ática, 1998.

PIZA, Daniel. *Prefácio*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Cinco Mulheres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e a opção pela marginalia*. In: SCHWARZ, Roberto (Org.) Os pobres na Literatura Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, H. Pereira da. Lima Barreto: escritor maldito. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Maurício. *Marginalidade literária em Lima Barreto*. Mimesis, Bauru,

v.16, n. 1, p. 113-122, 1994.

_____. *A Linguagem do Poder e o Poder da Linguagem: Lima Barreto e a Língua Portuguesa*. Investigações, Recife, vol. 9, p. 149-164, [s.d.]

SOBRE GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES

AMORÓS, Ana. *División sexual del trabajo*. In: AMORÓS, Célia (Org.) 10 Palavras chave sobre mujer. Navarra: Evd, 1995.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro. *A mulher negra na MPB um abalo à identidade racial*. In: QUINTAS, Fátima. (Org.) Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginária. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massagana, 1995.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ÁVILA NETO, Maria Inácia d'. O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artes e Contos, 1994.

BAGBY JÚNIOR, Alberto. *As mulheres de Machado de Assis*. Veritas, Porto Alegre, v. 36. n. 142, junho, 1991, p. 295-300.

BARBIERI, Teresita de. *Sobre la categoría género: una introducción teórica metodológica*. In: Fin de Siglo (género y cambio civilizatorio). Santiago: Ediciones de Las Mujeres n. 17, p. 111-128.

BEDIA, Rosa Cobo. *Gênero*. In: AMORÓS, Célia (Org.) 10 Palavras chave sobre mujer. Navarra: Evd, 1995.

BELKIS, Morgado. A solidão da mulher bem-casada. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. *O trabalho como linguagem: a construção de um objeto*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Também mulher, imagem de Deus*. In: QUINTAS, Fátima. (Org.) Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginária. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massagana, 1995.

D'INCAO, Maria Ângela. *O amor romântico e a família burguesa*. In: _____ (Org.) Amor e família no Brasil. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *Mulher e família burguesa*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *O corpo feminino e o amor: um olhar*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.) Amor e família no Brasil. São Paulo: Contexto, 1989.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: DEL PRIORE, Mary

(Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FONSECA, Cláudia. *Ser mulher, mãe e pobre*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e as suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937. Trad. ALMEIDA, Maria Theresa P. de; COSTA, Heitor Ferreira da. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HEINICH, Natalie. Estados da mulher: a identidade feminina na ficção ocidental. Trad. SILVA, Ana da. Lisboa: Estampa, 1998.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. (Org.) Tendência e impasses – O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. *Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

LAGARDE, Marcela. Identidade genérica y feminismo. Heredia, C. R.: Instituto de Estudios de la Mujer, 1997.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. *Trajetórias femininas e ziguezagueantes: relações de gênero em As meninas, de Lygia Fagundes Telles*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 04, fevereiro, 2000, p. 7-20.

LEITE, Míriam Moreira; MASSAINI, Márcia Ignez. *Representações do amor e da família*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.) Amor e família no Brasil. São

Paulo: Contexto, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo, academia e interdisciplinaridade*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) História da vida privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, vol. 03.

MIGUEL, Ana. *Feminismos*. In: AMORÓS, Célia (Org.) 10 Palavras clave sobre mujer. Navarra: Evd, 1995.

MILLETT, Kate. Uma política sexual. Trad. Lisboa: Cadernos Dom Quixote [s.d.]

MONTEIRO, Marília Pessoa. *A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX*. Clio, Recife, n. 12, 1989.

NUNES, Maria José Rosado. *Freiras no Brasil*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª ed. Trad. BOTTMAN, Denise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Mulheres públicas: entrevistas com Jean Lebrun. Trad. FERREIRA, Roberto Leal. São Paulo: Unesp, 1998.

PETIT, Cristina Molina. *Ilustración*. In: AMORÓS, Célia (Org.) 10 Palavras clave sobre mujer. Navarra: Evd, 1995.

_____. Dialéctica feminista de la Ilustración. Barcelona: Anthropos; Madrid: Comunidad de Madrid. Consejería de Educación. Dirección General de la Mujer, 1994.

PULEO, Alicia H. *Patriarcado*. In: AMORÓS, Célia (Org.) 10 Palavras clave sobre mujer. Navarra: Evd, 1995.

QUILOMBO CENTRAL - Agentes de Pastoral Negros. *MULHER NEGRA: resistência e soberania de uma raça*. Petrópolis: Vozes, 1990.

RAGO, Margareth. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 - 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *A colonização da mulher*. In: _____. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890 - 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. O gênero e a crise do sujeito. XVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - GT 18: Relações Sociais de Gênero, Caxambu, Minas Gerais, 1994.

RIBEIRO, Luis Filipe. Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. Niterói: EDUFF, 1996.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Trad. Dabat, Christine Rufino; ROCHA, Edileusa Oliveira da; CORRÊA, Sonia. Recife: S.OS. Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleith I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Dabat, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. 3ª ed. Recife: S.OS. Corpo, 1996.

_____. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. Trad. LOPES, Magda. São Paulo: Unesp, 1992.

SOBRAL, Elisângela. Mulher negra: objeto de cama e mesa?. 1999. 114 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência urbana no Brasil*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUZA, Edileuza Penha de. *Mulher negra: sua sexualidade e seus mitos*. In: QUINTAS, Fátima. (Org.) Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginária. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massagana, 1995.

STEIN, Ingrid. Figuras femininas em Machado de Assis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TELLES, Lygia Fagundes. *Mulher, mulheres*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TRIGO, Maria Helena Bueno. *Amor e casamento no século XX*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.) Amor e família no Brasil. São Paulo: Contexto, 1989.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Maternidade negada*. In: DEL PRI ORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

VICENTINI, Ana. *Mudar a referência para pensar a diferença (estudos dos gêneros na crítica literária feminina)*. Organon 16, 1989.

GERAL

ARENDT, Hannah. *As esferas pública e privada*. In: A condição humana. Trad. RAPOSO, Roberto. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. 37ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. O Pré-modernismo. São Paulo: Cultrix, [s.d.], 05 vol.

_____. Dialética da colonização. 4ª ed. Cultrix: Companhia da Letras, 2001.

BROOKSHAW, David. Raça & cor na Literatura Brasileira. Trad. KIRST, Marta. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

_____. *Literatura e subdesenvolvimento*. In: Educação pela noite e outros ensaios. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Dialética da malandragem*. In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, [s.d.].

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim* – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTALLAT, Benjamim. Mademoiselle Cinema. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. *As mulheres “pecadoras” de Machado de Assis*. In: Freud e Machado de Assis (uma interseção entre psicanálise e literatura). Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

LEITE, Sylvia Helena T. de Almeida. Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920). São Paulo: Unesp, 1996.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Trad. CORBI SIER, Roland; COELHO, Mariza Pinto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MINAS, João de. A mulher carioca aos 22 anos. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

MOISÉS, Massaud. A Literatura Brasileira através dos textos. 24ª ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

NEDELL, Jeffrey D. Belle Époque Tropical. Trad. NOGUEIRA, Celso. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORTIZ, Renato. *Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX*. In: Cultura Brasileira e identidade nacional. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional*. In: : Cultura Brasileira e identidade nacional. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Valores modernos*. In: Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A modernidade em ruínas*. In: _____. Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRETI, Dino. *O problema da representação lingüística na Literatura Brasileira*. In: Sociolingüística: os níveis da fala. 9ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

RAGO, Margareth. *A desodorização do espaço urbano*. In: _____. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890 - 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. Dicionário de teoria da narrativa. São Paulo: Ática, 1988.

SAID, Edward. Cultura e imperialismo. Trad. BOTTMAN, Denise. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. O canibalismo amoroso. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª ed. Trad. BARBOSA, Raul de Sá. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TÁCI TO, Hilário. Madame Pommery. São Paulo: Ática, 1998.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

OBRAS DE REFERÊNCIA

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. Trad. SILVA, Vera Costa et al. 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

Código Civil Brasileiro de 1916. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Paris/2009/civil.html>>. Acesso em: 10 mar. 2003.

Código Penal Brasileiro de 1890. São Paulo: Academia/Saraiva, 1923.

FARIAS, Ernesto. Dicionário Escolar Latino-Português. 6ª ed. Rio Janeiro:FAE, 1992.

GRIMAL, Pierre. Dicionário de Mitologia Grega e Romana. 3ª ed. Trad. JABOUILLE, Victor. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LAROUSSE CULTURAL - Dicionário de Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1993.